



Relatório de Assessoria de Imprensa
Período: 08/03/2021 a 09/03/2021



Índice

SESC | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC RN

No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal

Notícias – 08/03/2021 5

Blog do FM | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC RN

No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando monografias gratuitas em Natal

Notícias - 08/03/2021 6

Turismo Por Cristina Lira | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC RN

No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando monografias gratuitas em Natal

Notícias - 08/03/2021 7

Tribuna de Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC RN

No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando monografias gratuitas em Natal

Notícias - 08/03/2021 8

No Minuto | RN

FECOMÉRCIO RN

Decreto da Prefeitura do Natal permite funcionamento de bares e restaurantes até 21h

Notícias - 08/03/2021 9

Macaíba no Ar | RN

FECOMÉRCIO RN

Fecomércio diz que é dever dos municípios definir horário de comércio e serviços

Notícias - 08/03/2021 10

Tribuna do Norte | RN

RN teve maior índice de isolamento social do Brasil no domingo, aponta levantamento

Notícias - 08/03/2021 11

Tribuna do Norte | RN

Flávio Rocha acredita que março será último mês com restrições à circulação de pessoas no país

Notícias - 08/03/2021 12

Tribuna do Norte | RN

Prefeitura do Natal adere ao consórcio de municípios para compra de vacinas

Notícias - 08/03/2021 13

Tribuna do Norte | RN

59% dos idosos já deixaram de comprar medicamentos por falta de dinheiro

Notícias - 08/03/2021 14

Estadão | DF

Municípios também dão aumento ilegal para funcionalismo

Notícias - 09/03/2021 15

Estadão DF Campanha 'Fica, Brandão' cresce no BB e no governo Notícias - 09/03/2021	16
Estadão DF Bolsonaro defende desidratação da PEC Notícias - 09/03/2021	17
Estadão DF Supremo antecipa julgamento sobre prazo de patentes Notícias - 09/03/2021	18
Estadão RJ 'Auxílio necessita de contrapartidas' Notícias - 09/03/2021	19
Estadão RJ Governo indica seis novos nomes para representá-lo no conselho da Petrobrás Notícias - 09/03/2021	20
Folha de São Paulo DF Governo prepara extensão de linha de crédito e novo programa Notícias - 09/03/2021	21
Folha de São Paulo DF Brecha na PEC pode deixar incentivos tributários intocados Notícias - 09/03/2021	22
Folha de São Paulo DF Agricultura brasileira dribla todas as expectativas de produção e exportação Notícias - 09/03/2021	23
Folha de São Paulo SP Bolsa cai 4% e dólar vai a R\$ 5,78 sob temor de populismo com Lula no páreo Notícias - 09/03/2021	24
Folha de São Paulo SP Expectativa para a inflação de 2021 se aproxima de 4% com real mais desvalorizado Notícias - 09/03/2021	25
Folha de São Paulo SP Preço do diesel supera nível pré-greve dos caminhoneiros Notícias - 09/03/2021	26
O Globo DF Bolsonaro defende fatiar PEC para blindar policiais de ajuste Notícias - 09/03/2021	27

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, a matéria do jornal Estadão que relata o aumento ilegal para o funcionalismo público em municípios brasileiros. Natal e outros 53 municípios, além de 6 Estados e o Distrito Federal, autorizaram algum tipo de reajuste, bônus ou gratificação a seus servidores ou a cúpula do Executivo e Legislativo. Em matéria na página 15 do clipping, o Estadão revela que os benefícios foram concedidos mesmo estando impedidos pela lei que garantiu o socorro federal no ano passado para enfrentar a pandemia de Covid-19. Segundo o Ministério da Economia, são 99 possíveis violações praticadas por governadores, prefeitos e assembleias, incluindo nomeações para novos cargos, que também vão contra as restrições impostas na lei complementar 173.

Os pedidos da iniciativa privada e o avanço da pandemia fizeram o governo começar a planejar um novo programa de crédito para empresários, segundo matéria do jornal Folha de São Paulo. O texto destaca que representantes do comércio pedem mais tempo para começar a pagar as parcelas do Programa Nacional de Apoio à Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), alegando que os negócios ainda não se recuperaram das perdas provocadas pela pandemia. A Confederação Nacional do Comércio (CNC), publicou carta aberta ao ministro Paulo Guedes (Economia) pedindo prorrogação do prazo para o pagamento das parcelas da linha de crédito. A equipe econômica está estudando o aumento da carência do Pronampe por ao menos mais quatro meses, o que resultaria em um prazo total de 12 meses para o início das parcelas. Confira detalhes na página 21 do clipping.

O jornal Folha de São Paulo traz que o preço do diesel já superou o nível registrado antes da greve dos caminhoneiros. Nesta segunda-feira (8), a empresa anunciou novos aumentos, de 5,5% para o diesel e 8,8% para a gasolina, que devem frustrar as expectativas de queda geradas pela isenção de impostos federais na semana passada. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Combustíveis, o litro de diesel era vendido na semana passada, em média, a R\$ 4,23, o que representa o terceiro maior valor da série histórica da pesquisa de preços iniciada em 2004. Saiba mais na página 26 clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: SESC RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.sescrn.com.br/noticias/504/no-ms-da-mulher-sesc-rn-permanece-realiza>

08 DE MARÇO DE 2021

No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal

Meta é atender mais de 1.100 pessoas entre janeiro e março, dentro da política nacional de rastreamento do câncer

Para marcar o mês das mulheres, a Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece com agendamento na Zona Norte de Natal, onde pretende realizar 300 mamografias gratuitas até o fim de março. Com apoio do Sistema Fecomércio, a expectativa é a conclusão de mais de 1.100 procedimentos, a contar de janeiro quando teve início a ação.

O trabalho desenvolvido pelo Sesc nas unidades móveis integra a política nacional de rastreamento do câncer, mantida pelo Ministério da Saúde, pois todos os casos identificados da doença são notificados ao município parceiro. As mamografias se destinam para mulheres de 50 a 69 anos, e os preventivos para pessoas com idade entre 25 e 64 anos.

Para ter acesso, a paciente necessita fazer o agendamento e envio dos documentos pelo aplicativo Whatsapp (84) 99128-4416, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h. Será solicitado cópias em folha única do RG, CPF, cartão SUS, comprovante de residência.

A consulta obedecerá os protocolos de biossegurança e será até o dia 31 de março, com data e horário validados após confirmação do recebimento dos documentos. A Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece estacionada na Rua Paranduva, 2.873. Conjunto Santa Catarina, Zona Norte de Natal.



Serviço

O que? Mamografia na Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher

Quando? Enquanto houver vagas

Agendamento? Whatsapp (84) 99128-4416

Envio de documentos? Cópias em folha única do RG, CPF, cartão SUS, comprovante de residência.

Onde? Sesc Zona Norte, Rua Paranduva, 2873. Conjunto Santa Catarina, Natal/RN.

Veículo: Blog do FM - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal **Impacto:** Positivo

Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/no-mes-da-mulher-sesc-rn-permanece-realizando-mamografias-gratuitas-em-natal>

Cidades

No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal

8 de março de 2021 às 16:15 • Comentar

*META É
ATENDER
MAIS DE
1.100
PESSOAS
ENTRE
JANEIRO E
MARÇO,
DENTRO DA
POLÍTICA
NACIONAL
DE RASTREIO
DO CÂNCER.
FOTO:
DIVULGAÇÃO*

Para marcar o mês das mulheres, a Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece com agendamento na Zona Norte de Natal, onde pretende realizar 300 mamografias gratuitas até o fim de março. Com apoio do Sistema Fecomércio, a expectativa é a conclusão de mais de 1.100 procedimentos, a contar de janeiro quando teve início a ação.

O trabalho desenvolvido pelo Sesc nas unidades móveis integra a política nacional de rastreamento do câncer, mantida pelo Ministério da Saúde, pois todos os casos identificados da doença são notificados ao município parceiro. As mamografias se destinam para mulheres de 50 a 69 anos, e os preventivos para pessoas com idade entre 25 e 64 anos.

Para ter acesso, a paciente necessita fazer o agendamento e envio dos documentos pelo aplicativo Whatsapp (84) 99128-4416, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h. Será solicitado cópias em folha única do RG, CPF, cartão SUS, comprovante de residência.

A consulta obedecerá os protocolos de biossegurança e será até o dia 31 de março, com data e horário validados após confirmação do recebimento dos documentos. A Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece estacionada na Rua Paranduva, 2.873. Conjunto Santa Catarina, Zona Norte de Natal.

Veículo: Turismo Por Cristina Lira - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal **Impacto:** Positivo
Link: <https://cristinalira.com/no-mes-da-mulher-sesc-rn-permanece-realizando-mamografi-as-gratuitas-em-natal>

No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal

📅 8 de março de 2021 👤 Cristina Lira Turismo 📄 Notícias

Meta é atender mais de 1.100 pessoas entre janeiro e março, dentro da política nacional de rastreamento do câncer

Para marcar o mês das mulheres, a Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece com agendamento na Zona Norte de Natal, onde pretende realizar 300 mamografias gratuitas até o fim de março. Com apoio do Sistema Fecomércio, a expectativa é a conclusão de mais de 1.100 procedimentos, a contar de janeiro quando teve início a ação.

O trabalho desenvolvido pelo Sesc nas unidades móveis integra a política nacional de rastreamento do câncer, mantida pelo Ministério da Saúde, pois todos os casos identificados da doença são notificados ao município parceiro. As mamografias se destinam para mulheres de 50 a 69 anos, e os preventivos para pessoas com idade entre 25 e 64 anos.

Para ter acesso, a paciente necessita fazer o agendamento e envio dos documentos pelo aplicativo Whatsapp (84) 99128-4416, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h. Será solicitado cópias em folha única do RG, CPF, cartão SUS, comprovante de residência.

A consulta obedecerá os protocolos de biossegurança e será até o dia 31 de março, com data e horário validados após confirmação do recebimento dos documentos. A Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece estacionada na Rua Paranduva, 2.873. Conjunto Santa Catarina, Zona Norte de Natal.

Serviço

O que? Mamografia na Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher

Quando? Enquanto houver vagas

Agendamento? Whatsapp (84) 99128-4416

Envio de documentos? Cópias em folha única do RG, CPF, cartão SUS, comprovante de residência.

Onde? Sesc Zona Norte, Rua Paranduva, 2873. Conjunto Santa Catarina, Natal/RN.

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/03/21

Título: No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal **Impacto:** Positivo

Link: [http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/no-mes-da-mulher-sesc-rn-permanece.h](http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/no-mes-da-mulher-sesc-rn-permanece.html#:~:text=Para%20marcar%20o%20m%C3%AAs%20das,at%C3%A9%20o%20fim%20de%20mar%C3%A7o.&text=As%20mamografias%20se%20destinam,entre%2025%20e%2064%20anos.)

tml#:~:text=Para%20marcar%20o%20m%C3%AAs%20das,at%C3%A9%20o%20fim%20de%20mar%C3%A7o.&text=As%20mamografias%20se%20destinam,entre%2025%20e%2064%20anos.

NO MÊS DA MULHER, SESC RN PERMANECE REALIZANDO MAMOGRAFIAS GRATUITAS EM NATAL

08 março



Para marcar o mês das mulheres, a Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece com agendamento na Zona Norte de Natal, onde pretende realizar 300 mamografias gratuitas até o fim de março. Com apoio do **Sistema Fecomércio**, a expectativa é a conclusão de mais de 1.100 procedimentos, a contar de janeiro quando teve início a ação.

O trabalho desenvolvido pelo **Sesc** nas unidades móveis integra a política nacional de rastreamento do câncer, mantida pelo Ministério da Saúde, pois todos os casos identificados da doença são notificados ao município parceiro. As mamografias se destinam para mulheres de 50 a 69 anos, e os preventivos para pessoas com idade entre 25 e 64 anos.

Para ter acesso, a paciente necessita fazer o agendamento e envio dos documentos pelo aplicativo Whatsapp (84) 99128-4416, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h. Será solicitado cópias em folha única do RG, CPF, cartão SUS, comprovante de residência.

A consulta obedecerá os protocolos de biossegurança e será até o dia 31 de março, com data e horário validados após confirmação do recebimento dos documentos. A Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece estacionada na Rua Paranduva, 2.873. Conjunto Santa Catarina, Zona Norte de Natal.

Serviço

O que? Mamografia na Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher

Quando? Enquanto houver vagas

Agendamento? Whatsapp (84) 99128-4416

Envio de documentos? Cópias em folha única do RG, CPF, cartão SUS, comprovante de residência.

Onde? Sesc Zona Norte, Rua Paranduva, 2873. Conjunto Santa Catarina, Natal/RN.

Veículo: NoMinuto.com - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Decreto da Prefeitura do Natal permite funcionamento de bares e restaurantes até 21h **Impacto:** Positivo
Link: <https://nominuto.com/noticias/natal/decreto-da-prefeitura-do-natal-permite-funcionamento-de-bares-e-restaurantes-ate-21h/214100>

Decreto da Prefeitura do Natal permite funcionamento de bares e restaurantes até 21h

Documento também suspende a gratuidade no transporte público em horários de pico.

Da redação, 7 de março de 2021

Compartilhar 5 [Twitter](#)

Assessoria/Prefeitura do Natal



Decreto da Prefeitura permite o funcionamento de bares e restaurantes até 21h e suspende a gratuidade no transporte público em horários de pico.

Depois de o Governo do Estado ter publicado um decreto na sexta-feira (5) ampliando o toque de recolher no Rio Grande do Norte, das 20h às 6h de segunda a sábado e integralmente aos domingos, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, editou um novo decreto no sábado (6), indo de encontro ao documento estadual.

O decreto da Prefeitura do Natal permite o funcionamento de bares e restaurantes até 21h, todos os dias da semana, e de shoppings centers, inclusive praças de alimentação, também todos os dias, no horário das 9h às 20h.

A Prefeitura também suspendeu os benefícios de gratuidade para idosos e a meia passagem estudantil - excetuados os estudantes em regime presencial - nos horários de pico do transporte público. O novo decreto municipal destaca que a medida tem o objetivo de evitar a aglomeração de pessoas.

Segundo o decreto, a "operação do serviço de transporte público coletivo de passageiros poderá sofrer alterações a qualquer tempo, de horários, viagens, frequências e frota". A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (STTU) vai disciplinar a aplicação desta medida.

Horários de funcionamento do comércio, bares, restaurantes e academias:

Supermercados, hipermercados e atacarejos, bem como suas respectivas galerias comerciais	Das 6h às 22h, todos os dias da semana
Lojas de conveniência	Das 6h às 21h, todos os dias da semana
Comércio "de porta para rua", galerias comerciais e centros comerciais	Das 8h às 18h, de segunda a sábado
Shoppings centers, inclusive as praças de alimentação	Das 9h às 20h, todos os dias da semana
Academias, clubes, associações, box, studios e similares	Das 5h às 22h, todos os dias da semana
Restaurantes, pizzerias, lanchonetes, bares, food parks e similares	Das 11h às 21h, todos os dias da semana

O decreto da prefeitura também autoriza a abertura e funcionamento das igrejas, templos e similares, para a realização de missas, cultos e rituais de qualquer credo ou religião, com limite de 25% da capacidade do local.

As escolas de ensino médio, fundamental e infantil da rede privada e das instituições de ensino superior também estão autorizadas a abrir para a realização de aulas presenciais, desde que atendidas as regras e protocolos sanitários.

A **Fecomércio** divulgou uma nota em que afirma que a competência é dos municípios para disciplinar horários de funcionamento de comércio, serviços e turismo.

Confira nota:

A **Fecomércio RN** vem a público reiterar que, no seu entendimento e conforme orientação da sua assessoria jurídica e determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), é de competência dos municípios disciplinar horários de funcionamento das atividades de comércio, serviços e turismo nas cidades. A entidade repudia veementemente eventuais ações arbitrárias que venham a ocorrer por parte das forças de segurança, fechando estabelecimentos comerciais e constringendo empreendedores, colaboradores e clientes.

Veículo: Macaíba no Ar - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Fecomércio diz que é dever dos municípios definir horário de comércio e serviços **Impacto:** Positivo

Link: <http://macaibanoar.com.br/fecomercio-diz-que-e-dever-dos-municipios-definir-horario-de-comercio-e-servicos>

08

MARÇO

Fecomércio diz que é dever dos municípios definir horário de comércio e serviços

Escrito por [Administrador](#)



Cotidiano

Leave a Comment

“A Fecomércio RN vem a público reiterar que, no seu entendimento e conforme orientação da sua assessoria jurídica e determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), é de competência dos municípios disciplinar horários de funcionamento das atividades de comércio, serviços e turismo nas cidades.

A entidade repudia veementemente eventuais ações arbitrárias que venham a ocorrer por parte das forças de segurança, fechando estabelecimentos comerciais e constrangendo empreendedores, colaboradores e clientes”.

Fonte: Portal Grande Ponto

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: RN teve maior índice de isolamento social do Brasil no domingo, aponta levantamento **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-teve-maior-a-ndice-de-isolamento-social-do-brasil-no-domingo-aponta-levantamento/504546>

RN teve maior índice de isolamento social do Brasil no domingo, aponta levantamento

Publicação: 2021-03-08 08:15:00

O monitoramento realizado pelo **Mapa Brasileiro da Covid** aponta que o Rio Grande do Norte teve o maior isolamento social do Brasil no domingo (7). Segundo o levantamento, o estado teve 55,40% de isolamento, superando o Ceará e Roraima, que vêm logo atrás.

Créditos: Julio Pinheiro



Natal teve o primeiro dia de toque de recolher integral

O Rio Grande do Norte teve toque de recolher integral no domingo, após decreto publicado pelo Governo do Estado na sexta-feira (5). Apesar de decreto da Prefeitura do Natal alterando as definições sobre funcionamento do comércio e de serviços, que ampliou a possibilidade de funcionamento e não determinou o toque de recolher no domingo, forças de segurança do estado fecharam estabelecimentos e orientaram a população a não seguir nas ruas.

De acordo com o ranking do isolamento, o Rio Grande do Norte teve 55,40% no domingo, enquanto o Ceará teve 54,75% e Roraima teve 53,75%. Por outro lado, os menores percentuais foram registrados em Mato Grosso do Sul (42,63%), Paraíba (45,09%) e Maranhão (45,22%).

Em comparação com o dia anterior, o Rio Grande do Norte saltou do 17º lugar para o primeiro. O estado tinha, no sábado (6), 37,51% de isolamento social, enquanto Roraima tinha 45,02% e o Ceará registrou 44,28% de isolamento.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Flávio Rocha acredita que março será último mês com restrições à circulação de pessoas no país **Impacto:** Neutro

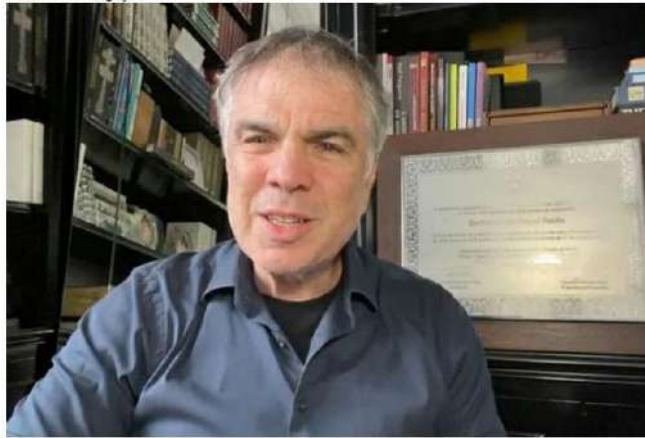
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/fla-vio-rocha-acredita-que-mara-o-sera-a-ultimo-ma-s-com-restria-a-es-a-circulaa-a-o-de-pessoas-no-paa-s/504552>

Flávio Rocha acredita que março será último mês com restrições à circulação de pessoas no país

Publicação: 2021-03-08 09:47:00

O empresário Flávio Rocha está otimista com relação à recuperação econômica do país neste ano. Foi o que o presidente do Grupo Guararapes falou na manhã desta segunda-feira (8), em entrevista ao Jornal da Manhã, da Jovem Pan News Natal. Segundo Rocha, a expectativa é que março seja o último mês com restrições de circulação de pessoas no país.

Créditos: Divulgação



Flávio Rocha, presidente do Grupo Guararapes

Durante a entrevista, Flávio Rocha ressaltou a importância da cautela na aprovação das medidas de amparo à sociedade por parte do Congresso Nacional, de modo que não ocorra gasto público acima do teto e, assim, o país fique em uma situação de "perde-perde". "Não podemos fazer com que as pressões externas levem a uma gastança desordenada. A principal reforma que precisamos é a do Estado, que é fazer com que o dinheiro público chegue à população. O auxílio-emergencial cumpriu um papel importante na pandemia sem romper o teto e os gastos públicos. A principal ameaça, que não se concretizou, graças à lucidez dos congressistas, seria retirar do teto os volumes de gastos do Bolsa Família e do auxílio", disse o empresário.

Demonstrando otimismo para a economia, o empresário atribuiu o posicionamento ao anúncio da chegada de milhões de doses de vacinas até o fim do mês, onde o Brasil poderá ter 40 milhões de imunizantes distribuídos para a população. Para ele, com a vacinação e aumento no número de pessoas imunizadas, deverá haver queda vertiginosa em internações e mortes, como ocorre em países que estão à frente no processo. Por isso, a recuperação econômica, no entendimento do empresário, poderá ser acelerada.

"Temos que olhar o copo meio cheio. Tivemos um segundo semestre com o maior crescimento da história do PIB e os 4% de queda não deixam de ser um bom resultado em comparação às previsões, que eram de até 10% de queda. Março vai ser um ponto de inflexão com relação à vacinação. Estão previstas 40 milhões de doses. Somados às pessoas que já são imunizadas, vamos ter realmente uma queda vertiginosa em internações e mortes", disse o empresário.

No entendimento do empresário, é importante que o Poder Público faça o controle dos locais onde há alto fluxo de contaminação de pessoas e que, segundo ele, não é o caso do comércio varejista formal. Assim, para Flávio Rocha, março poderá ter uma modificação importante no rumo do país.

"O objetivo do nosso movimento (Todos Pela Vacina) é chegar a setembro com toda a população adulta imunizada. Acho que as coisas começam a mudar, economia reagir, novembro e dezembro sinalizaram isso. Março está sendo mais difícil, mas espero que seja o último mês de lockdown e restrições severas. O Brasil precisa voltar a trabalhar seguindo os protocolos. A taxa de contaminação no varejo formal é absolutamente baixa. O que precisamos conter são os pontos onde há a contaminação", disse o empresário.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Prefeitura do Natal adere ao consórcio de municípios para compra de vacinas **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/prefeitura-do-natal-adere-ao-consorcio-de-municipios-para-compra-de-vacinas/504587>

Prefeitura do Natal adere ao consórcio de municípios para compra de vacinas

Publicação: 2021-03-08 18:39:00

Natal entrou no consórcio de municípios interessados em comprar vacinas contra covid-19. A adesão foi encaminhada pelo prefeito Álvaro Dias na última quinta-feira (4) para a Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

O consórcio será instalado no dia 22 de março com as prefeituras integrantes do grupo. "Buscamos todas as soluções possíveis para ampliar a vacinação da população de Natal, e o consórcio público das prefeituras é uma alternativa muito viável nessa direção", disse o prefeito.

Créditos: Adriano Abreu



Consórcio será instalado no dia 22 de março

Até o início desta semana, mais de 1,7 mil municípios haviam manifestado o interesse de aderir ao consórcio público, segundo a FNP. O presidente da Frente, Jonas Donizete, ressalta que a finalidade do Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras, batizado de Conectar, é atuar de maneira integrada e complementar com o Programa Nacional de Imunização (PNI), coordenado pelo Ministério da Saúde.

"A palavra é colaboração, e não enfrentamento. Ouvimos, inclusive, que o governo federal poderia requisitar as vacinas adquiridas por meio do consórcio. Isso não é problema nenhum, é esse o espírito", disse o presidente da FNP. "A quantidade que vamos comprar é a que estiver disponível. Se acontecer de o governo requisitar as doses, para nós está de bom tamanho, porque elas vão chegar à população e é isso o que queremos".

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: 59% dos idosos já deixaram de comprar medicamentos por falta de dinheiro **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/59-dos-idosos-ja-deixaram-de-comprar-medicamentos-por-falta-de-dinheiro/504563>

59% dos idosos já deixaram de comprar medicamentos por falta de dinheiro

Publicação: 2021-03-09 13:28:00

A Federação Brasileira das Redes Associativistas e Independentes de Farmácia (Febrafar) realizou, por meio do Instituto Febrafar de Pesquisa e Educação Corporativa (IFEPEC), o Estudo do Mercado Sênior nas Farmácias. A pesquisa tem como objetivo entender melhor a atual realidade desse grupo etário quando o assunto é a sua saúde, a prevenção e os seus hábitos de consumo. Um dos principais resultados registrados foi o fato desse público ter como principal fator para a definição de uma farmácia o preço, sendo que 91% dos entrevistados apontaram esse item.



Créditos: Emanuel Amara

Na sequência, os demais fatores foram localização, para 64%, e estacionamento, para 63%, dos entrevistados, sendo que o entrevistado poderia optar por mais de uma opção. Participaram da pesquisa 2.200 consumidores com 50 anos ou mais e 300 cuidadores de idosos em todo o país.

Ponto muito relevante desse público é que a maioria (67%) costuma pagar os medicamentos que compram, prioritariamente. Já 29% retiram no SUS, posto de saúde ou Farmácia Popular e só para 4% os medicamentos são pagos por parentes.

Impacto da crise

A pesquisa também apontou que a falta de dinheiro impacta esse público, sendo que 59% dos 2.200 consumidores afirmaram que em algumas vezes deixaram de comprar medicamentos por falta de dinheiro. Também se percebe que os entrevistados não possuem o costume de analisar preços, já que a maioria afirmou não ter pesquisado preços em outras farmácias, 73%.

Ainda como impacto dos preços, se observa que medicamentos genéricos, por serem geralmente mais baratos, foram os produtos mais adquiridos pelos consumidores, com 66%, seguido por medicamentos de marcas (42%) e não medicamentos (27%), lembrando que os consumidores podem adquirir mais um tipo de produto por ida à farmácia.

Também se observa que se tem uma relutância desse público em utilizar serviços farmacêuticos, sendo que apenas 17% dos entrevistados afirmaram ter utilizado algum serviço do tipo nos últimos 90 dias.

Além disso, mesmo com a necessidade de isolamento social, 91% desses consumidores afirmaram que realizam compras de forma presencial. Já compras por WhatsApp ou APPs são utilizadas por 16% dos participantes, 14% usam telefones e apenas 4% sites.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 09/03/21 - Cidade/UF: DF
Título: Municípios também dão aumento ilegal para funcionalismo Impacto: Neutro

Municípios também dão aumento ilegal para funcionalismo

Adriana Fernandes | BRASILIA

O Ministério da Economia mapeou que 54 municípios, 6 Estados e o Distrito Federal autorizaram algum tipo de reajuste, bônus ou gratificação a seus servidores ou à cúpula do Executivo e Legislativo, mesmo estando impedido pela lei que garantiu o socorro federal no ano passado para enfrentar a pandemia do novo coronavírus.

Apesar de o ministério, são 99 possíveis violações praticadas por governadores, prefeitos e assembleias, incluindo nomeações para novos cargos, que também contrariam as vedações incluídas na lei complementar 173. Em alguns municípios e Estados, há mais de uma violação.

Em nota técnica, a equipe do ministro, Paulo Guedes, pede à Advocacia-Geral da União e à Controladoria-Geral da União que verifiquem a fidelidade das informações coletadas. O levantamento tem servido de base para defesa do governo nas ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei aprovada após uma queda de braço do ministro Paulo Guedes para garantir congelamento e outras medidas de ajuste, como vedação a concursos, medidas consideradas contrárias ao aumento de gastos

por conta da pandemia. O governo já conseguiu uma primeira vitória com voto favorável do ministro-relator, Alexandre de Moraes, em julgamento que reúne ações que tramitam em conjunto contra a lei do ano passado, que prevê o congelamento não só dos salários, mas também de todos os gastos de pessoal. O julgamento pelo plenário virtual começou na sexta-feira e se estende até as 23h30m do próximo dia 12.

A contratação de pessoal só é permitida para repor cargos vagos até o fim de 2021. Também foram proibidas medidas que elevem a despesa obrigatória acima da inflação, exceto nos casos de aumento de gastos para ações diretamente ligadas ao combate dos efeitos da pandemia.

Mas Executivo e demais Poderes locais vêm arrumando um "jeitinho" para fugir do que determina a lei, como revelou reportagem do Estadão publicada em fevereiro. Agora, o ministério traça mapa atualizado que

inclui também os municípios.

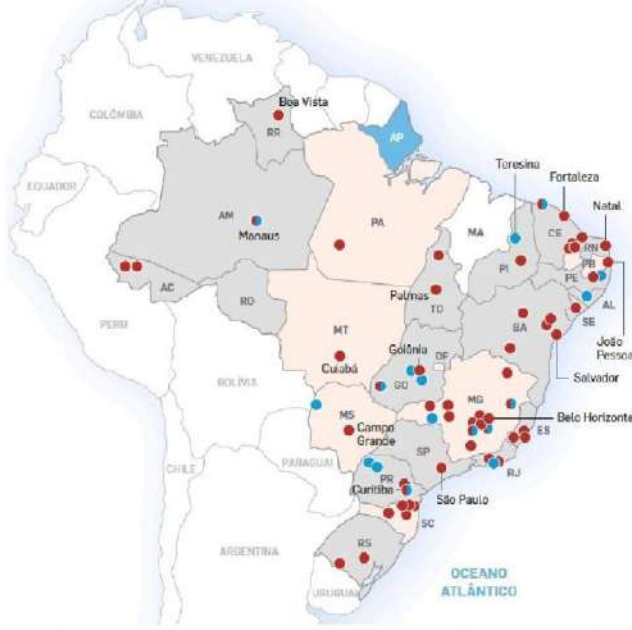
Para o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, o voto do ministro Alexandre de Moraes preserva a vedação a aumentos e progressões e, por isso, representa um marco importante no fortalecimento do controle das despesas obrigatórias promovido pela lei. "Este é o espírito dessa lei: neste momento em que os esforços e os recursos precisam estar direcionados para o enfrentamento à pandemia, não há espaço para aumentos salariais", diz Funchal ao Estadão. Segundo ele, diversas tentativas de aumentos salariais, burlando a legislação, vêm ocorrendo, trazendo risco de descreditação desse arcabouço legal e prejudicando a gestão pública: "O posicionamento do ministro Moraes significa um importante ganho institucional".

Há casos desde reajuste de salários de prefeitos e vereadores, nomeação com menos de 180 dias para o término de mandato eletivo, alteração da estrutura administrativa de órgão (com criação de cargos), contratação temporária de servidores (não exclusivamente ligados à área da saúde), reajuste de salários dos servidores públicos como um todo, ou para categorias ou cargos específicos.

Também há revisão anual da remuneração dos servidores públicos (data-base) e incorpora-

VIOLAÇÕES À LEI

- Governadores e prefeitos descumprem o compromisso feito no ano passado como contrapartida para ganhar socorro financeiro
REAJUSTE A SERVIDORES OU AOS CHEFES DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO/ CRIAÇÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS A SERVIDORES
NOMEAÇÃO/ CRIAÇÃO DE CARGOS/ REALIZAÇÃO DE CONCURSOS



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA

INFOGRAFIA/ESTADÃO

ção de gratificação aos vencimentos de servidores públicos. Apesar disso, feita pela Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios do Tesouro. Como exemplos, os técnicos ci-

tam a cidade de São Paulo, que aprovou, em dezembro de 2020, lei que elevou a remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais, a partir de 2022. Na mesma linha, Manaus e o

Estado do Amazonas, aprovaram dispositivos legais que estabeleceram, respectivamente, o aumento da remuneração do prefeito e dos vereadores e a criação de cargos em comissão na Assembleia Legislativa.

Congelamento de gastos garante nova rodada de auxílio, diz Guedes

BRASILIA

A economia de R\$ 150 bilhões para União, Estados e municípios com o congelamento dos salários e gastos de pessoal desde o ano passado até dezembro de 2021, segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, é responsável por garantir inclusive a retomada do auxílio emergencial aos mais vulneráveis em 2021, como prevê a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que já passou pelo Senado, na semana passada, e que tramita agora na Câmara.

Em maio do ano passado, o Congresso aprovou alívio de R\$ 125 bilhões para Estados e municípios em função da pandemia de covid-19. Como contrapartida, a lei exigiu que prefeitos e governadores congelassem os salários do funcionalismo até o fim de 2021. Os parlamentares, porém, com o aval do presidente Jair Bolsonaro, livraram do congelamento policiais, médicos e professores. A pedido de Guedes, Bolsonaro voltou atrás e vetou esse item.

Na nota técnica, o Ministério da Economia diz que Estados e municípios encerraram o ano de 2020 com cerca de R\$ 83 bilhões em caixa, o dobro em relação ao ano anterior e o maior valor da série histórica.

Agora, o governo tenta recorrer ao Supremo Tribunal Feder-

al (STF) para que esses reajustes e a criação de cargos que contrariam o que diz a lei sejam revogados por governadores e prefeitos.

As cidades de Curitiba, Salvador, Fortaleza e Campo Grande também elevaram a remuneração dos chefes do Poder Executivo local, enquanto Curitiba, Fortaleza e Natal elevaram a remuneração dos integrantes do Poder Legislativo local.

Outros municípios que aprovaram ou discutem projetos para elevação da remuneração de cargos eletivos e secretários incluem Rodrigues Alves (AC), Serra Preta (BA), Caetité (BA), Morro do Chapéu (BA), Angueria (BA), Guarapari (ES), Caracica (ES), Almirante Tamandaré (PR), Niterói (RJ), Belford Roxo (RJ), Mossoró (RN), Natal (RN), Joinville (SC) e Araguaína.

Leis aprovadas, ou projetos de leis em discussão tratando de reajustes a servidores públicos incluem Goiânia (GO), São Lourenço (MG), Salinas (MG), Divinópolis (MG), São Joaquim e Bicas (MG), Governador Valadares (MG), Belo Horizonte (MG), Picos (PI), Curitiba (PR), Niterói (RJ), Boa Vista (RR), Joinville (SC), Campo Alegre (SC), Caçador (SC), Itaboina (SE), Palmas (TO), Araguaína (TO) e os Estados da Paraíba e de Santa Catarina. /A.F.

Advertisement for SODRÉ SANTORO real estate. Headline: 'LÃO IMPERDÍVEL' (Unmissable). Sub-headline: '11 IMÓVEIS, SOMENTE ONLINE, DIAS 11 e 19/03/2021 - 11h'. Main text: 'APARTAMENTOS, CASAS, GALPÃO, TERRENOS, E IMÓVEL COMERCIAL'. Location: 'IMÓVEIS EM SÃO PAULO, JOÃO PESSOA, GUARULHOS, OURO PRETO'. Includes QR code, Bradesco logo, and contact information for SODRÉ SANTORO.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Campanha 'Fica, Brandão' cresce no BB e no governo **Impacto:** Neutro

B2 | Economia | TERÇA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

coluna da
broadcast

Campanha 'Fica, Brandão' cresce no BB e no governo

Enquanto o nome do presidente da Caixa Seguridade, Eduardo Dacache, espera que o Palácio do Planalto bata o martelo para que o executivo assuma o comando do Banco do Brasil, cresce nos bastidores uma campanha para manter André Brandão na presidência da instituição. Os esforços foram retomados na sexta-feira e intensificados no fim de semana. Dentre os apoiadores, estariam o ministro da Economia, Paulo Guedes, funcionários do BB (incluindo vice-presidentes), além do próprio conselho de administração do banco. Como em toda troca de comando em empresa pública, há uma disputa política envolvida. O nome de Dacache seria visto com restrições no BB, por ele ser próximo de Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal.



ALAN SANTOS/SP/2020/2021

» **Pavio.** Guimarães teria acendido o estopim da crise do Planalto com Brandão, ao manifestar a intenção de abrir 400 agências da Caixa, logo após o BB anunciar o plano de fechar 112. Além disso, as aberturas da Caixa seriam voltadas ao agronegócio, setor dominado pelo BB.

» **No front.** A campanha para manter Brandão no cargo é amparada pela sensação, crescente no governo, de que o trabalho de Rubem Novaes, o antecessor de Brandão, começa a dar resultado agora. Portanto, não seria o momento da nova mexida. A batalha acontece em duas frentes: demover Bolsonaro da demissão e convencer Brandão a ficar.

» **Da casa.** Corre por fora uma solução de continuidade, com a possibilidade de um dos vice-presidentes assumir a instituição. Entre eles Mauro Ribeiro Neto, vice-presidente corporativo, e Carlos Motta, vice-presidente de varejo. Procurado, o Banco do Brasil disse que a escolha do presidente da instituição cabe ao controlador, a União. A Caixa não respondeu.

» **Nos ombros.** Em recuperação judicial, a Renova Energia recebeu mais de 15 consultas de empresas e fun-

dos interessados em comprar sua participação de 51% na Brasil PCH e de 100% na Expra, avaliadas em R\$ 1,2 bilhão. A venda é fundamental para o plano da empresa, que prevê levantar R\$ 1,7 bilhão com esses e outros ativos ainda este ano.



ED PEREIRA/CORBIS/2020/2021

» **No mapa.** Caso consiga se desfazer das participações, a Renova praticamente destravará sua recuperação, que tem dívidas de R\$ 2,6 bilhões. A Brasil PCH tem 13 usinas em Minas, Goiás, Rio e Espírito Santo. Já a Expra abriga hidrelétricas que fazem parte do Complexo Serra da Prata, no Sul da Bahia.

» **No ar.** Os projetos de geração eólica da Renova também têm motivado consultas de eventuais compradores. Um deles pode ir a leilão no primeiro semestre. A empresa tem procurado marcar certames as-

sim que recebe uma proposta firme.

» **Seção tijolos.** O ambiente de juros baixos tem mantido o mercado imobiliário firme, a despeito dos impactos provocados pela pandemia. A cidade de São Paulo registrou 13,483 operações de compra e venda de imóveis em janeiro de 2021, o que representa alta de 13,6% em comparação com janeiro de 2020. No entanto, houve queda de 4,4% em comparação com dezembro, mais tradicionalmente mais aquecido.

» **Maravilhosa.** A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, apresentou 4.086 operações de compra e venda em janeiro, alta de 10,5% ante o primeiro mês de 2020 e também queda de 10,6% em comparação com dezembro. Os dados são do Registro de Imóveis do Brasil, entidade que congrega associações estaduais que representam 3,2 mil cartórios de registros de imóveis no País.

» **Digital.** Embora ainda pouco utilizado para compras pela internet, o Pix tem sido uma das principais formas de pagamento dos usuários da Buser, plataforma que viabiliza viagens de ônibus em empresas de fretamento. O meio é usado em 20% dos pagamentos recebidos pela companhia, que economizou em taxas bancárias R\$ 50 mil por mês.

» **Vende lenços.** A vacina contra o covid-19 tem contribuído para movimento dos fornecedores da indústria farmacêutica. O grupo indiano ACG vendeu 67 milhões de toneladas de filmes plásticos usados no envase do imunizante que será produzido por BioManguinho/Fiocruz. A entidade tem parceria para fabricação da vacina da AstraZeneca/Oxford.



HELENA BERTINI/GET/2021

» **Efeito colateral.** Com o pedido, o grupo espera que a fábrica de embalagens, em Cotia (SP), encerre o ano com crescimento de 20% na produção e 30 novos funcionários, além dos atuais 140. A unidade também atende a indústria alimentícia e outras demandas farmacêuticas.

ALINE BRONZATI, ANDRÉ ÍTALO ROCHA, WILIAN MIRON, CIRCE BONATELLI E GABRIEL BALDOCCHI

Artigo

Por que retomar o auxílio emergencial

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

O agravamento da pandemia de covid-19, provocado por novas variantes do vírus, falhas de comportamento das pessoas e lentidão das medidas para atacá-la, como a testagem e vacinação em massa, segue tendo implicações gravíssimas para a sociedade brasileira. No entanto, seria imprudente e ineficaz "queimar etapas" e tentar restabelecer a normalidade das atividades, sob o argumento do impacto do efeito econômico. Não resolve negar a doença ou desprestigiar as recomendações dos cientistas.

Mas o que pode e deve ser feito, além da melhora na gestão do combate à pandemia, é a intensificação de medidas que venham a amenizar os impactos econômicos, políticos e sociais da pandemia. No ano que passou, por exemplo, o pagamento do auxílio emergencial foi determinante para evitar que a queda do Produto Interno Bruto (PIB) fosse ainda mais intensa, assim como seus impactos, como o aumento do desemprego, quebra de empresas, etc.

Seria tergiversar sobre o problema apontando para uma possível melhoria automática em 2021. Pelo contrário, sob este ponto de vista, 2020 é mais um ano que não terminou! Muitos dos efeitos do ano passado permanecem, apesar da mudança do calendário gregoriano.

As debilidades estruturais brasileiras, como a extrema desigualdade, baixa renda e insuficiência de moradia e saneamento básico para parcela expressiva da população, somam-se outros aspectos conjunturais. A taxa de desocupação já atinge 14,1% relativamente à População Economicamente Ativa (PEA), número que cresce para 29%, o equivalente a 32,2 milhões, quando consideramos a taxa de subutilização da força de trabalho.

A atividade econômica geral segue fraca, com grande possibilidade de ocorrer uma queda do PIB nos dois primeiros trimestres do ano. Setores-chave para a recuperação, como a indústria, continuam em leve recuperação comparativamente aos piores momentos, mas ainda longe de avançar a retomada para valer.

A produção industrial de 2020 registrou uma queda de 4,5%, e as maiores retrações foram observadas nos bens de consumo duráveis (-19,8%) e nos bens de capital (-9,8%). E o segun-

do ano seguido de queda, já que em 2019 o resultado tinha sido negativo em 1,1%. Em relação a 2013, ano anterior à forte crise do período 2014-2016, a queda acumulada é de 18,6%!

A fragilidade do quadro econômico e social brasileiro está a exigir um conjunto de medidas para enfrentar o problema social, mas também, e ao mesmo tempo, fomentar a atividade econômica. Isso implica uma nova rodada urgente de pagamento de uma renda básica. Toma-se também crucial a implementação de medidas de socorro aos pequenos negócios, que em geral têm menos resiliência do que as grandes empresas para sobreviver em um ambiente inóspito.

Especialmente nas grandes cidades, mas não apenas, a degradação é evidente. Há um claro aumento da população em situação de rua, assim como o fechamento de lojas, prestadores de serviços, bares e restaurantes e muitas outras atividades que não estão conseguindo fazer frente ao desafio da longa retração provocada pelas restrições da pandemia e pela crise econômica.

É urgente a adoção de uma renda básica para os mais necessitados. O ano de 2020 ainda não acabou

Iniciativas como o pagamento de renda básica, ampliação de crédito em condições favoráveis aos empreendedores e outras políticas a serem adotadas têm negativamente um impacto fiscal. No entanto, isso não pode servir de argumento para sua não realização. Além da situação política e socialmente insustentável, há também o impacto econômico decorrente. A inércia leva, inexoravelmente, a um agravamento da crise, com consequências diretas sobre a queda da atividade e, consequentemente, da arrecadação tributária. É o caso típico do "tiro que sai pela culatra". Ao contrário do que poderia sugerir o senso comum, restringir gastos sociais também compromete o equilíbrio intertemporal das contas públicas!

* PROFESSOR-DOUTOR, DIRETOR DA FEAPUSP, PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (COFECON), PUBLICOU RECENTEMENTE O MITO DA ALUSTERIDADE (EDITORIA CONTRACORRENTE). WWW.AGLACERDA.COM

Editorial Econômico

As lojas que a pandemia levou em 2020



O varejo perdeu, no ano passado, 75,2 mil lojas. E o pior resultado — saldo entre unidades abertas e fechadas — desde 2016, ano da mais aguda recessão de tempos recentes e que foi causada pelo fracasso da política econômica

da presidente Dilma Rousseff.

Mas o desempenho do comércio varejista no ano da chegada da pandemia poderia ter sido pior, como mostrou reportagem do Estado em 1/3. O que evitou a repetição ou a superação do péssimo resultado de 2016 foi o pagamento, durante boa parte de 2020, do auxílio emergencial, que chegou a beneficiar diretamente mais de 60 milhões de pessoas.

O varejo fechou o ano passado com 1,221 milhão de lojas ativas, ou 5,8% menos do que em 2019, de acordo com levantamento da Confederação

Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O estudo tem como base o número de lojas que mantêm empregados com vínculo empregatício e, por isso, estão no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia. São todas, portanto, empresas formais. Não há base para avaliar a evolução do número de empresas que não têm empregados ou não os registram.

Em 2016, o total de lojas em operação diminuiu em 105,3 mil unidades. Nos anos seguintes, o varejo se recu-

perou, com o aumento do número de estabelecimentos. O estrago provocado pela pandemia só não foi maior por causa do auxílio emergencial, obteve o economista-chefe da CNC, Fábio Bentes. No primeiro semestre, quando o isolamento social era mais respeitado pela população e o pagamento do auxílio emergencial ainda era recente, o País perdeu 62,1 mil lojas; na segunda metade do ano, com boa parte da população de menor renda dispondo do pagamento mensal do benefício, o saldo de estabelecimentos fechados ficou em 13,1 mil.

A pandemia estimulou a digitalização do comércio, com a expansão rápida das vendas por meio eletrônico. Mas cerca de 90% das vendas ainda dependem do consumo presencial. Daí o impacto da pandemia no número de lojas abertas e, obviamente, no faturamento e no número de empregados.

Além do forte aperto provocado pelo isolamento social e da necessidade de acelerar a digitalização, o comércio enfrenta o problema dos custos. O índice de correção do aluguel, por exemplo, teve alta de quase 30% em 12 meses.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Bolsonaro defende desidratação da PEC **Impacto:** Neutro

Bolsonaro defende a desidratação da PEC

Presidente não revela, mas bancada da bala quer tirar policiais de contingenciamento

Daniel Wetzerman
Camila Turtelli
Mathheus de Souza /BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro negocia com deputados a desidratação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial, que autoriza uma nova rodada de auxílio a vulneráveis, para liberar a possibilidade de progressão e promoção de servidores públicos em novas situações de crise. Também estão sendo negociadas outras mudanças no texto que foi aprovado pelo Senado na semana passada, como a retirada da necessidade de o governo apresentar um plano para redução de subsídios e isenções.

O congelamento desse tipo de benefício do funcionalismo é defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como uma das contrapartidas que precisam ser adotadas no chamado "protocolo de crise". A desidratação atende a uma demanda da bancada da bala na Câmara e favorece policiais, conforme apurou o *Estadão/Broadcast Político*.

Ontem, Bolsonaro conversou com o relator da PEC na Câmara, Daniel Freitas (PSL-SC),

e pediu a exclusão de três artigos, conforme ele próprio afirmou em entrevista no Palácio da Alvorada. O presidente não citou, porém, quais são os dispositivos que pretende excluir. Hoje, a Câmara fará uma reunião de líderes para discutir a medida.

"Falei com o relator, que ele é o soberano, que ele poderia correr o risco de não aprovar se não mexesse em três artigos. Eram cinco, passamos para três buscando a negociação", afirmou Bolsonaro.

Deputados ligados à segurança pública querem retirar o trecho que suspende progressão e promoção funcional na carreira de agentes públicos, um dos gatilhos de contenção de gastos quando houver calamidade pública ou quando a despesa obrigatória superar 95% do total no governo federal. A bancada da bala quer ainda acrescentar um trecho na PEC livrando policiais do congelamento de reajuste salarial. As mudanças, porém, podem fazer o texto voltar ao Senado, atrasar a tramitação da PEC e a liberação do novo auxílio emergencial.

O presidente da bancada da bala, deputado Capitão Augusto (PL-SP), tenta apoio dos par-



Legislativo. Presidente Bolsonaro negocia retirar trechos da PEC que foi aprovada pelo Senado e será votada na Câmara

Benefício vai de R\$ 175 a R\$ 375, confirma Guedes

● O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou ontem que os valores da nova rodada de auxílio emergencial irão de R\$ 175 a R\$ 375, sendo, em média, R\$ 250. A informação foi antecipada pelo *'Estadão/Broadcast'*.

lamentares para uma emenda que tira os profissionais da segurança do congelamento salarial. O parlamentar comemorou as falas do presidente. "Se não viesse a ordem de lá, não sei como seria. Agora, não sei como ele vai fazer", disse. "O que nos preocupa é o congelamento salarial, a contagem de tempo para vários fins e o congelamento de promoções."

Na entrevista, Bolsonaro afirmou que a PEC deve ser votada pela Câmara amanhã. De acor-

"(R\$ 250) é o valor médio. Se for uma família monoparental dirigida por mulher é R\$ 375. Se for um homem sozinho, é R\$ 175. Se for o casal, são R\$ 250. Isso é com o Ministério da Cidadania, só fornecemos parâmetros básicos, mas amplitude é com a Cidadania", afirmou o ministro, após reunião no Palácio do Planalto.

A PEC emergencial, que autoriza a retomada do auxílio emergencial, foi aprovada na semana

passada pelo Senado, mas ainda passará pela Câmara. A expectativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é a de que o texto seja aprovado amanhã se houver acordo.

O governo ainda pretende restringir o pagamento do auxílio a uma pessoa por família, ao contrário da rodada de 2020, quando até dois integrantes da mesma família podiam ser contemplados.

do com ele, ao votar a medida, os deputados federais darão o sinal verde para retomada do auxílio emergencial em cinco dias. A PEC autoriza o governo federal a abrir um crédito extraordinário de até R\$ 44 bilhões para o auxílio. Em contrapartida, cria mecanismos de contenção de gastos para o futuro, como o congelamento desalários dos servidores.

Ruralistas. Outro item alvo de resistência – este dentro da ban-

cada ruralista – é a extinção da Lei Kandir, que desonera produtos na exportação do agronegócio. O texto aprovado pelos senadores revoga o dispositivo da lei que gerou compensações bilionárias aos governos regionais pela desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre exportações. A medida dá ao governo federal a segurança de que a disputa vai chegar a um fim, depois de um acordo por meio do qual a

União se comprometeu a pagar R\$ 65,6 bilhões aos entes federativos até 2037, o que gerou uma economia anual de R\$ 4 bilhões.

O Palácio do Planalto também negocia para retirar a exigência do plano de redução dos subsídios federais previsto na PEC. Esse item determina que o presidente da República encaminhe ao Congresso Nacional um plano de redução de benefícios fiscais para cortar pelo menos 10% do montante em um ano e limitar esses incentivos a 2% do PIB em um prazo de oito anos. Atualmente, os chamados gastos tributários atingem 4,25% do PIB e totalizam R\$ 307,8 bilhões, conforme projeção da Receita Federal.

A PEC aprovada no Senado preserva alguns benefícios do corte, entre eles o do Simples Nacional, campeão no ranking de incentivos, Zona Franca de Manaus, cesta básica e Prouni. Para cumprir o plano, então, o governo precisa focar a tesourada nas deduções do Imposto de Renda e em isenções de outros setores como a agricultura.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Supremo antecipa julgamento sobre prazo de patentes **Impacto:** Neutro

Supremo antecipa julgamento sobre prazo de patentes

Corte avalia ação que pode reduzir o prazo de proteção de produtos e invenções; tema interessa a setores como farmacêutico e químico

Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) antecipou para 7 de abril o julgamento de uma ação que pode reduzir o prazo de patentes e afetar mercados gigantes, como a indústria farmacêutica, química e de biotecnologia.

Marcada inicialmente para 26 de maio, a análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.529 foi adiantada depois que o procurador-geral da República, Augusto Aras, apresentou pedido de liminar ao processo, que avalia a constitucionalidade de um artigo da Lei de Propriedade Industrial.

De acordo com a lei de 1996, patentes têm prazo de 15 anos a 20 anos, tempo contado a partir da data do pedido feito ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). Depois desse período, podem ser feitas "cópias" de medicamentos, equipamentos e outras invenções livremente.

A polêmica, porém, está em torno de uma regra da mesma lei que determina que o prazo de vigência da patente não será inferior a dez anos, no caso de invenções, e de sete anos para modelos de utilidade (atualizações de algo já existente), prazo contado a partir da concessão pelo Inpi. Como não há prazo para que o instituto conceda a patente, não há como saber quando a proteção cairá e muitas invenções acabam protegidas para além de duas décadas, prazo padrão no resto do mundo.

No pedido de liminar, Aras cita pelo menos 74 medicamentos que tiveram prorrogação de prazo com fundamento nesse dispositivo da lei, como medicamentos para o tratamento de

câncer, HIV, diabetes e hepatites virais. É o caso, por exemplo, do medicamento Victoza (liraglutida), utilizado no tratamento de diabetes tipo 2. O pedido de patente foi feito em 1997, mas a concessão pelo INPI só se deu 20 anos depois, em 2017. Com a regra que determina os 10 anos de vigência a partir da concessão, a patente desse medicamento só cairá em 2027.

Aras cita a atual situação de crise sanitária causada pela covid-19 e afirma que essa regra "impacta diretamente no direito fundamental à saúde, haja vista que, enquanto não expirada a vigência de patentes de grandes laboratórios, a indústria farmacêutica ficará impedida de produzir medicamentos genéricos contra o novo coronavírus e suas atuais e futuras variantes".

O pedido cita ainda estudo elaborado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que mostra que, entre 2014 e 2018, o governo federal gastou R\$ 10,6 bilhões (ou cerca de R\$ 1,9 bilhão por ano) com apenas nove medicamentos que teriam a patente expirada entre 2010 e 2019, mas que tiveram prorrogações de até oito anos por parte do INPI com base na regra de vigência mínima.

Versões. Quem defende a regra alega que há uma demora muito grande na análise dos pe-

● **Efeito**
“(Regra atual) impacta diretamente no direito fundamental à saúde.”

Augusto Aras
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA,
EM PEDIDO DE LIMINAR

didados pelo Inpi - hoje, em média, de cinco anos, mas que, em alguns casos, já chegou a 15 ou 20 anos. Com isso, sem o artigo que determina prazo mínimo de vigência, sobriaria pouco tempo para que a invenção esteja protegida pelas leis de propriedade industrial.

Já o lado que questiona a constitucionalidade do artigo - como a própria PGR e mesmo representantes da indústria farmacêutica - também cita a demora nas análises do INPI como um fator de incerteza. “A Constituição diz que o inventor tem direito a patente, mas por prazo determinado. O artigo não se coaduna com a Constituição, porque o prazo não fica determinado”, afirma o presidente do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri, que representa farmacêuticas de capital nacional como Aché, Eurofarma e União Química.

Outro argumento pela manutenção da regra de prazo mínimo de vigência é que a proteção efetiva da invenção só se dá a partir da concessão efetiva pelo Inpi. Para Gustavo Svensson, diretor jurídico do Grupo NC, dono da EMS, maior produtora de genéricos do País, não é isso que ocorre na prática.

Ele ressalta que a decisão pode ter um efeito econômico importante para o País, inclusive em medicamentos relacionados ao tratamento de covid-19, como antivirais e anticoagulantes. Por lei, um medicamento genérico tem de ser vendido com preço 35% menor do que o do original e, segundo Svensson, a média é de um valor 65% menor. “Espero que o Brasil dê uma resposta à altura do país que vivemos hoje, que é um país de renda baixa.”

Mudança seria ‘desincentivo’, diz entidade

Para o vice-presidente da Associação Brasileira de Propriedade Industrial (ABPI), Gabriel Leonardo, a derrubada do artigo seria um “tremendo desincentivo” a investimentos estrangeiros e a pesquisas e poderia prejudicar questões como patentes relacionadas à tecnologia 5G. “Se você é empresário e sabe que, na

prática, só vai ter uma exclusividade por cinco a oito anos, você não vai querer investir”, afirma.

Leonardo lembra que a regra está em vigor desde 1996 e diz que será uma “surpresa” se for declarada a inconstitucionalidade da lei. “A Constituição Federal não fala de prazo de vigência de patentes, isso não é matéria constitucional.”

Para a ABPI, o julgamento coloca em xeque a eficácia do INPI. A associação defende a autonomia financeira do instituto. “O INPI arrecada R\$ 500 milhões por ano, pagos por quem pede

patente, e tem um orçamento de apenas um quarto disso. Se você retirar o prazo mínimo de vigência e não der ao INPI instrumentos para examinar as patentes, será o pior dos mundos.”

Procurador, o INPI disse que, com relação à Lei da Propriedade Industrial, “como órgão do Executivo, apenas aplico o determinado em lei”. Questionado sobre a acusação de demora na análise nas patentes, disse que “em 2020, o tempo médio de decisão de pedidos de patente foi de 5,1 anos, contados a partir do pedido de exame”. / L.R.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: 'Auxílio necessita de contrapartidas' **Impacto:** Neutro

B6 | Economia | TERÇA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

'Auxílio necessita de contrapartidas'

Especialistas da FGV defendem adoção de compensação de renda para mais vulneráveis, mas pedem cuidados com as contas públicas

Vinicius Neder / RIO

A gravidade da crise econômica causada pela covid-19 torna necessário que o governo federal adote alguma medida de compensação de renda, como a reedição do auxílio emergencial. Só que o cenário de piora nas perspectivas para a economia, com perda de fôlego na retomada, inflação mais pressionada e juros em alta, ao mesmo tempo que o rombo nas contas públicas só aumenta, exigiria ter contrapartidas em termos de contenção de gastos públicos com outros fins, disseram especialistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), em seminário online organizado em parceria com o 'Estadão'.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro Ibre, vê um quadro de "pandemia meio fora de controle", responsável por dar "fôlego curto" para a retomada da economia verificada no segundo semestre do ano passado — o Ibre/FGV já projeta, para este início de ano, retrações do Produto Interno Bruto (PIB, todo o valor gerado na economia em determinado período). Diante disso, a vacinação seria a melhor política econômica para garantir a retomada da

economia, porém o ritmo de imunização está lento, afirmou a economista.

"Se não tivéssemos nova rodada de pandemia, poderíamos estar falando de revisões para cima no crescimento", afirmou Silvia, durante o 1.º Seminário de Análise Conjuntural de 2021 do Ibre/FGV, realizado ontem.

Para descrever a gravidade do cenário atual, ela lembrou que esta é a primeira vez que a economia brasileira afundou numa crise sem ter se recuperado da anterior. Isso porque o lento crescimento econômico de 2017 a 2019 foi insuficiente para recuperar o tomo verificado na recessão de 2014 a 2016. Além disso, para piorar, o País entrou na crise da covid-19 com o mercado de trabalho frágil, marcado pela elevada informalidade. "A taxa de desemprego deve ficar mais em torno de 15,5% como médio do ano em 2021, chegando até 16%."

Por isso, para ela, seria possível o governo federal, de um lado, reeditar o auxílio emergencial para apoiar esses trabalhadores mais vulneráveis e, ao mesmo tempo, sinalizar com contrapartidas em termos de corte de gastos com outros fins. Diante desse impacto heterogêneo no mercado de trabalho, os servidores públicos não perderam seus empregos nem tive-



● **Desemprego em alta**
16%
é até quanto pode chegar a taxa de desemprego este ano, com média de 15,5%, diz Silvia Matos

ram salários reduzidos, lembrou a pesquisadora.

Ou seja, o governo federal poderia ter insistido na redução de salários do funcionalismo como gatilho da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que autoriza a reedição do auxílio emergencial. A PEC foi aprovada na semana passada no Senado e, agora, será apreciada pela Câmara.

Contas. A incerteza em relação ao equilíbrio das contas públicas tem batido no mercado financeiro. Com o risco país e o dólar em alta, já há reflexos em termos de pressões inflacionárias. Para José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV, o ambiente econômico "está muito deteriorado" e, por isso, a taxa básica de juros (Selic, hoje em 2,0% ao ano, na mínima histórica) tem de ser ajustada para cima.

"Existe a possibilidade de uma alta (da Selic) produzir um efeito amenizador", afirmou Senna, também durante o seminário, ressaltando que, em sua avaliação, uma alta da Selic no curto prazo não teria um impac-

to tão ruim sobre a atividade econômica.

Além disso, o ambiente piorou nos mercados internacionais. Segundo Senna, nas últimas semanas, as taxas dos títulos de dez anos da dívida pública dos Estados Unidos também subiram "de maneira expressiva", "chacoalhando" as cotações de ações. Tudo por causa da expectativa de alta da inflação na economia americana, diante do efeito do pacote fiscal de US\$1,9 trilhão sobre o crescimento. Os efeitos deverão ser sentidos no mundo todo, com elevação de juros em vários mercados, o que eleva a pressão por altas no Brasil também.

Para Senna, essa alta de juros

Debate. Adriana Fernandes foi a moderadora entre Senna, Castelar e Silvia Matos

nos títulos americanos tende a ser temporária, e não preocupa tanto. Já para Armando Castelar, coordenador da Economia Aplicada do Ibre/FGV, o quadro preocupa mais. O pesquisador chamou essa deterioração dos mercados externos como a "grande novidade recente" no cenário econômico.

Com o quadro mais difícil tanto no exterior quanto no Brasil, Castelar lembrou ainda que "pegou mal" a crise na Petrobras — causada pela indicação, pelo governo, do general Joaquim Luiza e Silva para substituir Roberto Castello Branco na presidência da petroleira, após o presidente Jair Bolsonaro criticar a política de preços de combustíveis da estatal. Segundo Castelar, a crise com a Petrobras trouxe a ameaça de "populismo" para a política econômica.

Para o pesquisador do Ibre/FGV, existe o risco de a política monetária "entrar no radar do populismo", apesar da aprovação recente de legislação que dá autonomia formal para o BC. Nas projeções de Castelar, a Selic chegará ao fim deste ano em 5,5%, mais do dobro do nível atual de 2,0%. O ciclo de alta de juros oferece um "enorme espaço" para ruídos políticos, criados por possíveis críticas de outros membros do governo, de fora do BC.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 09/03/21 - Cidade/UF: RJ

Título: Governo indica seis novos nomes para representá-lo no conselho da Petrobrás Impacto: Neutro

B8 | Economia | TERÇA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

BDO
Auditoria | Consultoria
#20ANOSBDO

Petróleo. Dos indicados, três são militares, entre eles o general Joaquim Silva e Luna, escolhido por Bolsonaro para ser o presidente da estatal no lugar de Roberto Castello Branco; em outro movimento, acionistas minoritários tentam ampliar sua participação no colegiado

Governo indica seis novos nomes para representá-lo no conselho da Petrobrás

Denise Luna
Fernanda Nunes | RIO

Uma semana depois que quatro membros do Conselho de Administração da Petrobrás entregaram seus cargos, o governo federal divulgou ontem uma lista de nomes indicados para representá-lo no comando da estatal. A indicação contempla seis das oito vagas que a União tem direito por ser acionista majoritária. O novo time será composto por três militares, entre eles o general Joaquim Silva e Luna, que deve ocupar também a presidência da petrolífera no lugar de Roberto Castello Branco.

As outras três indicações são de dois ex-funcionários Petrobrás com passagem pela iniciativa privada (Márcio Andrade Weber e Murilo Marroquim de Souza) e de uma executiva, Sonia Julia Sulzbeck Villalobos, que já atuou no conselho da estatal. O governo poderá ainda ocupar mais dois lugares. Os possíveis nomes, no entanto, não foram divulgados.

Em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, Sonia sinalizou a intenção de defender a continuidade da Política de Paridade de Importação (PPI) adotada na gestão de Castello Branco.

Pelo PPI, os preços dos derivados de petróleo acompanham as variações da cotação do petróleo no mercado inter-

nacional e também do câmbio. Com isso, à medida que a commodity ganha força nas principais Bolsas globais de negociação, os preços dos combustíveis sobem no Brasil. Apenas neste ano, a gasolina ficou 54% mais cara nas refinarias da Petrobrás e o óleo diesel, 42% (mais informações nesta página).

“O primeiro desafio, a questão dos preços do petróleo, isso infelizmente só o tempo vai mostrar. Não há maneira de voltar a ganhar credibilidade a não ser num dia após outro, numa semana após a outra, em um mês após o outro, quando o mercado ficará mais confortável de que a paridade internacional está sendo respeitada. Não tem muito o que fazer”, afirmou ela.

As desavenças entre o presidente Jair Bolsonaro e Castello Branco setaram públicas exatamente por conta do PPI, após o anúncio do quarto reajuste dos combustíveis em 2021. Bolsonaro demitiu o executivo pelas redes sociais, no dia 19 do mês passado, e, desde então, os preços da gasolina e do diesel já foram revistos mais duas vezes. O episódio foi visto no mercado como interferência do governo na Petrobrás e levou a empresa a perder valor na Bolsa de Valores.

Professora do Insper e atual membro dos conselhos da Telefônica Brasil e da Latam, Sonia participou do colegiado da Petro-



Mexida. Críticas de Bolsonaro à política de preços provocaram troca de postos na Petrobrás

● **Reação**
“São nomes pró-mercado. Isso é muito importante, porque o conselho toma decisões-chave.”

Ilan Arbetman
ANALISTA DA ATIVA INVESTIMENTOS

brás no período de maio de 2018 a julho de 2020. Há mais de 30 anos ela atua no mercado acionário.

Além dela, o governo vai contar com dois militares que já tinham assento no conselho da petrolífera e, agora, vão ser reconduzidos: o almirante da Marinha Eduardo Bacellar Ferreira Leal,

presidente do colegiado, e o engenheiro e oficial da reserva da Marinha Ruy Flaks Schneider.

Analistas receberam bem as indicações. “Mesmo a Sonia Julia, que não é do setor de petróleo, atua ativamente em outros conselhos de companhias. São nomes técnicos e pró-mercado. Is-

so é muito importante, porque o conselho toma decisões-chave, como a venda das refinarias”, avalia Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos.

O analista de ativos mobiliários do Bradesco BBI Vicente Falanga classificou as indicações como “tecnicamente sólidas”. “Temos de esperar e ver como essa nova gestão vai interagir com as mensagens vindas do governo federal”, afirmou Falanga, em relatório assinado junto com Ricardo França, analista de investimentos da Agora.

Minoritários. Acionistas minoritários da petrolífera estão se organizando para conseguir uma cadeira a mais no colegiado — hoje o grupo tem três representantes —, apurou o *Estadão*. A ideia seria aproveitar o momento de troca do grupo, ocasionada pela renúncia dos conselheiros indicados pelo governo, para tentar ganhar força dentro do colegiado.

O governo, por meio dos ministros de Minas e Energia e de Economia, precisou correr para formar o grupo com seus indicados, visto que era preciso tornar os nomes públicos com um prazo de ao menos 30 dias antes da assembleia-geral dos acionistas que deliberará sobre o tema, e que está prevista para o dia 16 de abril. / COLABORARAM ERNANI FAGUNDES, WAGNER GOMES e FERNANDA GUIMARÃES

Empresa anuncia sexto reajuste de combustíveis do ano

Denise Luna
Fernanda Nunes | RIO

A Petrobrás anunciou ontem mais um reajuste de combustíveis em suas refinarias, o sexto no ano. A partir de hoje, a gasolina vai ficar 9,2% mais cara e o óleo diesel, 5,5%.

Com mais esse aumento, as altas acumuladas no ano são de 54% e 42%, respectivamente, segundo cálculo do Instituto de Estudos Estratégicos de Petrô-

leo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

O encarecimento dos combustíveis da Petrobrás levou os presidentes da empresa, Roberto Castello Branco, e da República, Jair Bolsonaro, a entrarem numa rota de colisão no último dia 19. Após o anúncio do quarto aumento do diesel no ano, Bolsonaro demitiu o executivo pelas redes sociais. Desde então, mais dois reajustes foram anunciados pela estatal, ainda

sob a gestão de Castello Branco.

O litro da gasolina nas refinarias, a partir de hoje passa a ser de R\$ 2,84, e o do diesel, R\$ 2,86.

Ao reajustar os preços, a Petrobrás se alinha às cotações do petróleo no mercado internacional, que deram uma guinada na última semana, após a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) anunciar cortes na produção.

Com menos commodity dis-

ponível, a tendência, portanto, é de valorização. Por isso, o valor do barril nos contratos negociados em Bolsa para entrega em meses seguintes não param de subir. No ano, o óleo do tipo Brent, negociado em Londres, avançou 33% e, ontem foi vendido a US\$ 68. Em 2020, nos piores momentos da crise causada pela pandemia, chegou a custar menos de US\$ 30.

A política de Preços de Paridade de Importação (PPI), adota-

da pela Petrobrás em 2016, prevê reajustes no Brasil à medida que a cotação sobe no mercado internacional. Ao comunicar novo aumento a empresa reafirma o argumento de que precisa reajustar para acompanhar o mercado global e garantir a presença de outros fornecedores no mercado brasileiro.

A estatal pretende vender oito refinarias e concentrar sua atuação na Região Sudeste do País. Mas, para isso, precisa que

outros investidores ocupem o espaço que pretende abandonar.

Se o PPI continuar sendo perseguido, é possível que nova alta ainda venha pela frente. O presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, diz que, mesmo com esses aumentos, os preços no Brasil ainda estão inferiores aos do mercado internacional.

A visão do coordenador do Ineep, Rodrigo Leão, no entanto, é de que a Petrobrás tem acelerado radicalmente o reajuste dos preços dos derivados.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo prepara extensão de linha de crédito e novo programa **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ***

TERÇA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 2021 A19

mercado



Comércio fechado na fase vermelha no centro de São Paulo, nesta segunda-feira (8)
Roberto Casimiro/
Fotoarena/Agência
O Globo

Governo prepara extensão de linha de crédito e novo programa

Empresários pedem mais tempo para começar a pagar parcelas do Pronampe

Fábio Pupo e
Bernardo Caram

BRASÍLIA Os pedidos da iniciativa privada e o avanço da pandemia fizeram o governo começar a planejar um novo fôlego para empresários via crédito. Além do aumento do prazo de pagamento das linhas de financiamento criadas durante a pandemia, um novo programa está sendo debatido.

As discussões mais avançadas voltadas ao Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), criado em maio. Os empresários que captaram recursos por meio da linha tinham originalmente uma carência de até oito meses para começar a devolver os recursos.

Como o programa só foi regulamentado em junho, a carência dos primeiros empréstimos começa a vencer agora (entre fevereiro e março). Com o avanço da pandemia e novas medidas de restrição que devem afetar o faturamento, os empresários pedem mais tempo.

A CNC (Confederação Nacional do Comércio, setor que está entre os mais afetados pelos efeitos da Covid) divulgou carta aberta ao ministro Paulo Guedes (Economia) pedindo a prorrogação, dizendo que as empresas ainda não conseguiram se recuperar das consequências da pandemia.

“A retomada não ocorreu conforme o previsto, e conti-

nuamos experimentando as consequências e o agravamento da situação, com o retorno de medidas que incluem o fechamento de estabelecimentos”, afirma o texto da CNC.

Alexandre Sampaio, diretor da CNC, diz que é urgente uma saída. “Estamos vendo o desastre que tem sido a política de vacinação, com as cidades fechando, e isso está jogando o comércio numa situação de inadimplência. Sabemos que ele [Guedes] está trabalhando numa saída, mas o tempo urge”, disse.

A equipe econômica está estudando as alternativas e questões jurídicas para a prorrogação, mas já há o entendimento de que é possível e desejável um aumento da carência do Pronampe por ao menos mais quatro meses — o que resultaria em um prazo total de 12 meses para que o início dos pagamentos.

A pasta afirma que as carências foram pensadas considerando um horizonte de retomada da atividade no começo de 2021, cenário alterado pelo recrudescimento da pandemia.

O Pronampe, destinado a micro e pequenas empresas, liberou R\$ 37,5 bilhões em crédito contratado em 2020.

Os demais programas de crédito possuem prazos maiores e, em alguns casos, é interpretado que as regras permitem renegociar as condições diretamente com os bancos. Mas, mesmo assim, a equipe

econômica já cogita flexibilizações também nesses casos, dada a continuidade da pandemia.

A equipe de Guedes considera que o enfrentamento da pandemia neste ano tem como vantagem o fato de as medidas estarem prontas e que alterações pontuais podem dar fôlego à economia sem demora sobre formulação de novas iniciativas.

Há um complicador para conceder o prazo maior nas linhas de crédito. Como as empresas já contrataram as condições junto aos bancos, adiar a carência faria com que eles perdessem parte da rentabilidade da operação ou que as empresas tenham que pagar parcelas maiores depois.

A CNC pede também que o custo não aumente para elas após a prorrogação da carência, e o governo ainda avalia a questão. Uma solução para o problema tende a avançar somente após a aprovação definitiva no Congresso da PEC Emergencial, que libera gastos públicos em caso de decretação de calamidade pública, e do Orçamento de 2021 — ainda estacionado no Congresso.

Ao todo, os programas de crédito criados na pandemia liberaram R\$ 148 bilhões em créditos contratados. O principal deles foi o Peac (Programa Emergencial de Acesso ao Crédito), voltado também a grandes empresas, com R\$ 92 bilhões em operações contratadas.

Outros programas foram o Pese (Programa Emergencial de Suporte a Empregos, coordenado pelo Banco Central), o Peac Maquininhas, o Fampe (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas) e o BNDES Giro (do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O governo também prevê novos programas de crédito para 2021. Neste ano, técnicos discutem um meio de os empréstimos dependerem menos de recursos públicos e terem uma parcela maior do risco assumido pelos próprios bancos.

Os números ainda estão sendo estudados, mas já se falou internamente que as garantias podem ser baixadas para patamares próximos a 30% do valor de cada operação em ao menos parte das linhas. No ano passado, em parte dos programas o Tesouro arcava com todo o risco da operação.

A pasta ainda faz as contas sobre fatores que influenciam a definição das taxas de juros dos financiamentos. No programa voltado a pequenas empresas, a avaliação é que a rodada deste ano deve ter juros mais altos, próximos a 6% ao ano, ante 3,25% ao ano do Pronampe em 2020.

Mesmo com a perspectiva de liberação de novos gastos públicos neste ano para combater as consequências econômicas da pandemia de Covid-19, a equipe econômica planeja amenizar o impacto das medidas nas contas públicas.

Medidas anticrise já tomadas pelo governo em 2021

- Flexibilização para obtenção de crédito, suspendendo proibição de empresas com pendências com o poder público de contratar empréstimos
- Renegociação de tributos federais vencidos de março a dezembro de 2020 e não pagos em razão da pandemia

MEDIDAS EM ESTUDO

- Liberação de saques do FGTS
- Antecipação de pagamentos do 13º do INSS
- Auxílio emergencial para vulneráveis
- Mudanças em programas de crédito, além de novo programa
- Flexibilizações em regras trabalhistas para empresas (como adiamento do pagamento do FGTS por até quatro meses, antecipação de férias, flexibilização para decretar férias coletivas e antecipação de feriados, flexibilização de regras para alterar regime de trabalho para home office)
- Nova edição do programa de manutenção de emprego e renda

Pandemia afeta Airbnb e reduz aluguel em cidade turística na Europa

LISBOA | REUTERS A pandemia conseguiu o que muitos prefeitos de toda a Europa tentam em vão: eliminar dezenas de milhares de locais de hospedagem pelo Airbnb dos centros das cidades e ajudar a baixar custos dos alugueis dos moradores em até 15%.

Embora as cidades europeias acolham turistas há muito tempo, críticos dizem que o aumento de propriedades listadas no site de alugueis de curto prazo Airbnb nos últimos anos afastou muitos nativos de seus próprios mercados imobiliários, transformando bairros históricos em espaços sem alma.

Empresas de gerenciamento patrimonial e donos contatados em cidades como Lisboa, Barcelona, Praga e Veneza disseram que o colapso do turismo fez anfitriões substituírem turistas por inquilinos de médio e longo prazo, mudarem-se para os imóveis ou desistirem das propriedades.

Dados da empresa de análise de alugueis de temporada AirDNA mostraram que o número de anúncios de Airbnb com ao menos uma noite reservada ou disponível no último mês nas 50 maiores cidades europeias caiu 21,9% em 2020 na comparação ano a ano.

O Airbnb diz que se adapta aos padrões de viagem em transformação e que as pessoas procuram cidades pequenas e grandes fora do circuito turístico. “Tivemos mais anúncios na França, na Alemanha, em Portugal, na Espanha e na República Tcheca combinados no fim de 2020 do que no final de 2019”, disse o porta-voz Andreu Castellano.

Embora alguns anfitriões de grandes destinos planejem voltar ao Airbnb quando os turistas retornarem, outros deixaram os alugueis de temporada de vez.

“Se o turismo tivesse voltado mais rápido, talvez eu não tivesse tomado essa decisão. Mas não posso passar mais um ano sem uma noção clara de quando o dinheiro vai entrar”, disse Vanessa Rola, de 40 anos, que alugava quatro apartamentos no distrito lisboeta da Graça em plataformas de viagem como o Airbnb.

Sem turistas, ela não conseguia pagar o próprio aluguel e está encerrando os contratos.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Brecha na PEC pode deixar incentivos tributários intocados **Impacto:** Neutro

mercado

Brecha na PEC pode deixar incentivos tributários intocados

Trecho não obriga o governo a adotar redução de benefício nem prevê sanções

Bernardo Caram, Danielle Brant e Renato Machado

BRASÍLIA Uma brecha na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial pode tornar sem efeito o trecho que prevê cortes de benefícios tributários, deixando intocados os incentivos existentes hoje na legislação.

Aprovada na última semana pelo Senado, a medida deve ser posta em votação na Câmara até esta quarta-feira (10), segundo cronograma do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

O texto determina que o presidente da República encaminhe ao Congresso, em até seis meses após a promulgação da PEC, um plano agressivo de redução de benefícios tributários.

A única obrigação do governo, porém, é que a proposta seja elaborada e entregue ao Legislativo. Não há determinação de que esses benefícios sejam de fato cortados.

O dispositivo também não traz nenhuma sanção caso o plano não seja aprovado pelos deputados e senadores ou as reduções de incentivos não se concretizem.

A proposta original apresentada pelo governo em 2019 definia que, a partir de 2026, a criação e a renovação de incentivos fiscais ficariam proibidas caso o total de gastos tributários estivesse acima de 2% do PIB.

O texto aprovado pelo Senado alterou essa regra. Ele determina que o presidente envie propostas que tenham o objetivo de reduzir os benefícios tributários federais em 10% ao ano, de modo que o montante dessa conta não ultrapasse 2% do PIB no prazo de oito anos.

"A obrigação imposta pela PEC se esgota com o envio ao Congresso do plano de redução de renúncias, atendidas as metas especificadas. A efetiva redução das renúncias depende da aprovação das medidas propostas, ou de ou-

tras no mesmo sentido, o que dependerá, naturalmente, de juízo político", disse o consultor de Orçamentos do Senado Vinicius Amaral.

Responsável pela elaboração da medida, o relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB-AC), não respondeu aos contatos da reportagem. O Ministério da Economia também não havia se pronunciado até a conclusão deste texto.

Os parâmetros estabelecidos na PEC são considerados duros. Para efetivar os cortes propostos, o governo teria de reduzir à meta de os incentivos existentes hoje, que estão pouco acima de 4% do PIB.

O problema, segundo técnicos, é que a PEC traz exceções que correspondem a aproximadamente 2% do PIB. Seriam poupados o Simples Nacional, entidades sem fins lucrativos, incentivos a produtores de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a Zona Franca de Manaus, itens da cesta básica e bolsas de estudo.

Portanto, para conseguir reduzir essa conta ao limite de 2% do PIB, o governo teria que cortar a outra metade dos benefícios. Nessa lista estão, por exemplo, as isenções e deduções do Imposto de Renda, incentivos a medicamentos, isenção tributária da poupança e benefícios ao setor de informática.

"Dadas as renúncias já excluídas do plano, é muito provável que o governo irá propor redução ou eliminação de benefícios como isenções e deduções do IR, como as de despesas com saúde e educação. Essas serão certamente medidas impopulares, cuja aprovação se torna mais improvável à medida que se aproximem as eleições", disse o consultor.

Amaral ainda aponta que a atual redação da PEC, que será analisada pela Câmara nesta semana, exclui dos cortes a isenção de IR sobre a distribuição de lucros e dividendos. Isso porque a Recei-

ta Federal não considera esse benefício em seu demonstrativo de gastos tributários.

A PEC Emergencial foi negociada pelo governo como uma espécie de contrapartida à nova rodada do auxílio emergencial. O texto libera a assistência e traz medidas de ajuste fiscal que poderão ser adotadas no futuro, especialmente corte de gastos com a folha de salário dos servidores.

Na Câmara, deputados tentam excluir dos efeitos de ajuste policiais e outros profissionais da área.

Nesta segunda (8), o presidente Jair Bolsonaro disse que a bancada da segurança pública, com cerca de 50 parlamentares, quer mudanças no texto da proposta. O presidente disse que conversou com o relator do texto e que há risco de a PEC não ser aprovada se artigos do texto não fossem alterados.

O deputado Capitão Augusto (PL-SP), da frente parlamentar de segurança públi-

ca, apresentou emenda aditiva para retirar policiais federais, civis, militares, bombeiros e agentes penais de todos os entes federados das medidas de ajuste fiscal previstas na PEC, como proibição de aumento ou realização de concurso público por estados e municípios endividados.

Na avaliação do parlamentar, a emenda só anda se conseguir apoio de Bolsonaro.

A tentativa conta com respaldo de bolsonaristas ligados à segurança pública, como o líder do PSL na Câmara, Vitor Hugo (GO). No entanto, a avaliação de líderes partidários é que qualquer precedente pode abrir caminho para uma desidratação grande do texto.

Um líder de partido do centro afirma que, se excluir policiais dos efeitos da PEC, outras categorias farão pressão para saírem, como profissionais de saúde e professores, por exemplo. A articulação que está ocorrendo na Câmara é no sentido de manter acordo sobre o texto que saiu do Senado, sem qualquer modificação ou que possa atrasar a tramitação da proposta.

Na sexta (5), o relator do texto, Daniel Freitas (PSL-SC), sinalizou que não faria alterações na proposição para evitar que a votação se alongue e comprometa o pagamento do auxílio ainda em março.

O governo e a equipe econômica escaparam com relativo sucesso das pressões para retirar dos gatilhos as remunerações de policiais, de profissionais de segurança, defensores públicos, entre outras categorias.

Por outro lado, outros setores da administração conseguiram uma espécie de blindagem, garantindo a possibilidade de que receitas sejam vinculadas a suas áreas, como as Forças Armadas e suas atividades de "interesse à defesa nacional". Fundos ligados à Polícia Federal também receberam o mesmo tratamento.

+ Gastos tributários do governo federal*

Simples Nacional	R\$ 87,2 bilhões
 Rendimentos isentos do IR	R\$ 32,1 bilhões
 Agricultura e agroindústria	R\$ 30,2 bilhões
 Zona Franca de Manaus e áreas de livre-comércio	R\$ 24,7 bilhões
 Entidades sem fins lucrativos	R\$ 24,3 bilhões
 Deduções do IR	R\$ 20,1 bilhões
 Benefícios do trabalhador	R\$ 12,5 bilhões
 Desoneração da folha de salários	R\$ 9,6 bilhões
 Medicamentos e equipamentos médicos	R\$ 9,4 bilhões

*Valor nominal em 2019

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Agricultura brasileira dribla todas as expectativas de produção e exportação **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ★★★

agrofolha

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon

mauro.zafalon@uol.com.br

Agricultura brasileira dribla todas as expectativas de produção e exportação

A agropecuária brasileira deu um baile em quem se arriscou a fazer qualquer previsão sobre o que seria a década passada. O setor mostrou um dinamismo bastante inesperado.

Os erros nas previsões de produção levaram também a estimativas equivocadas na participação brasileira no mercado internacional.

Não se imaginava que as exportações do setor atingiriam um patamar perto de US\$ 1 trilhão nos últimos dez anos.

Os erros começaram no início dos anos 2000, quando o agronegócio ainda era dependente do mercado externo e pouco produtivo. O Brasil terminou os anos 1990 com uma produção de grãos de apenas 83 milhões de toneladas.

Com base nesse ritmo fraco, o Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) estimou, em 2002, que o Brasil produziria apenas 48 milhões de toneladas de milho em 2011 e que as exportações seriam de 1,1 milhão.

Os números ficaram bem acima. A produção foi de 73 milhões, e as exportações somaram 10 milhões de toneladas.

As previsões continuaram subavaliadas na década passada, tanto pelo Usda como pelo Ministério da Agricultura. Este previu, em 2011, que a produção nacional do cereal seria de 66 milhões de toneladas em 2020 e que as exportações atingiriam apenas 14 milhões.

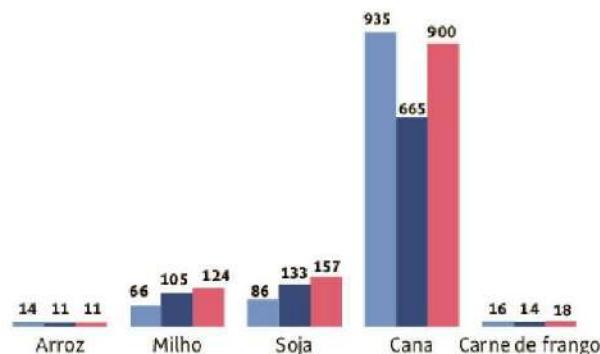
O Usda estimou vendas externas ainda menores: 8,5 milhões. Os números finais indicaram uma safra de 103 milhões de toneladas e exportações de 34,4 milhões.

A soja também surpreen-

O que se esperava e como foi a safra brasileira

Em milhões de toneladas

- O que se previa, em 2011, para a produção brasileira de 2020/21
- O que realmente ocorreu
- O que se espera para 2030



Fontes: Mapa, Usda, OCDE, FAO e entidades setoriais

deu a quem fez previsões. Em 2011, o Ministério da Agricultura estimava uma safra de 86,5 milhões em 2020/21. Já o Usda previa 94 milhões.

Os números ficaram bem distantes, uma vez que a safra deste ano deverá render um volume superior a 130 milhões. As exportações, previstas à época em 49,5 milhões, ficam em 83 milhões.

As disparidades nos números ocorreram devido a um avanço inesperado da soja e do milho no país, produtos que representam 89% da produção nacional.

As previsões indicavam, há dez anos, que a área ocupada pela soja seria de 30 milhões de hectares. Está em 38 milhões. Já a de milho seria de 13,4 milhões,

mas já atingiu 19 milhões.

As avaliações de produção não contemplavam, ainda, a importância que o Brasil assumiria no cenário mundial, nem tampouco previa-se uma China com tanto apetite no mercado internacional, e dando preferência ao Brasil.

A demanda externa elevou os preços das commodities para um patamar superior ao da média histórica, incentivando o plantio e permitindo ao produtor a busca por novas tecnologias. O resultado são recordes de produção.

Em 2011, o Ministério da Agricultura esperava uma produção de 176 milhões de toneladas de grãos em 2020/21. Quando fechados, os números deverão indicar 260 milhões.

A demanda por carnes tam-

bém colocou o Brasil em vantagem no mercado externo, embora o aumento esperado no volume de produção na década passada, de 6,5 milhões de toneladas, não tenha se confirmado.

Melhora da renda e urbanização, principalmente em países da Ásia, abriram as portas para as proteínas brasileiras.

Além disso, vários continentes foram acometidos por doenças. Os países atingidos foram obrigados a reduzir a produção. Não afetado, o Brasil se destacou como fornecedor mundial.

O coronavírus vai trazer uma nova realidade ao mercado internacional de grãos e de proteínas. As barreiras comerciais vão ficar ainda mais acirradas, e o Brasil, por ora, não tem muito a oferecer devido à desorganização interna no trato com essa doença.

Os números do fim desta década também já estão no mercado e indicam novos crescimentos da produção nacional.

As previsões apontam que os preços dos alimentos deverão continuar aquecidos nos próximos anos, o que garante renda para o produtor. A safra de grãos 2029/30 dos cinco principais produtos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) deverá somar 318 milhões de toneladas, 27% acima da de 2019/20.

Os dados são do Ministério da Agricultura, que prevê o avanço da área plantada em 17% no período, atingindo 76 milhões de hectares.

O Usda estima que o Brasil vá produzir 137 milhões de toneladas de milho na safra 2029/30 e que a produção de soja atinja 158 milhões. As exportações ficariam em 47 milhões e 97 milhões, respectivamente.

Os números estão dados, mas as novas estimativas de safra estariam novamente defasadas?

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Bolsa cai 4% e dólar vai a R\$ 5,78 sob temor de populismo com Lula no páreo **Impacto:** Neutro



GUEDES DIZ QUE NOVO AUXÍLIO EMERGENCIAL VAI VARIAR DE R\$ 175 A R\$ 375
"Esse [R\$ 250] é um valor médio, porque, se for uma família monoparental dirigida por uma mulher, é R\$ 375; se for um homem sozinho, é R\$ 175", afirmou o ministro sobre o retorno do benefício, destravado com a aprovação da PEC Emergencial no Senado; medida vai à Câmara nesta semana. *Raul Spinoza/Folhapress*

Bolsa cai 4% e dólar vai a R\$ 5,78 sob temor de populismo com Lula no páreo

Mercado vislumbra mais polarização e risco de aumento nos gastos públicos e da dívida do governo

Júlia Moura

SÃO PAULO Mais polarização política. Campanha eleitoral para presidente sendo antecipada para 2021. Populismo na economia elevando gastos públicos e a dívida do governo. O temor de que haverá a mistura desses riscos a curto prazo repercutiu com força no mercado financeiro nesta segunda-feira (8).

O estopim foi o ministro Edson Fachin, do STF, determinar a anulação de todas as condenações proferidas contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela 13ª Vara Federal da Justiça Federal de Curitiba, responsável pela Lava Jato. Assim, Lula retoma o direito de se candidatar nas próximas eleições.

Com a volta do petista à disputa pela Presidência em 2022, o mercado teme uma guinada ainda maior do presidente Jair Bolsonaro no populismo e consequente abandono da agenda liberal e do compromisso com a saúde fiscal do país para angariar votos.

Caso Lula dispute a eleição, analistas veem grandes chances de um segundo turno entre o petista e Bolsonaro. Pesquisa do Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria) divulgada nesta segunda pelo jornal O Estado de S. Paulo mostra que apenas Lula supera Bolsonaro na intenção de voto em 2022.

"Isso acaba com a possibilidade de uma terceira via, que era o que o mercado esperava, alguém mais alinhado com as reformas. Como a esquerda não estava organizada, o mercado via espaço para isso", diz Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

Com a pandemia, a saúde fiscal do Brasil se deteriorou pelo aumento de gastos e pela queda na arrecadação. Dado cenário, participantes do mercado defendem a aprovação de reformas, como a administrativa e a fiscal, de modo a conter as despesas públicas.

"A polarização é ruim, leva Bolsonaro a abandonar o compromisso com a contas públicas para uma agenda mais populista, que dá mais retorno político", afirma Cruz.

Com o auxílio emergencial em 2020, Bolsonaro viu sua popularidade crescer. Com a piora no número de casos de coronavírus e medidas mais restritivas de distanciamento, o governo irá promover uma nova rodada de auxílio.

O Senado aprovou na semana passada a PEC Emergencial, que estabelece um teto de R\$ 44 bilhões para pagamento do benefício. Uma contrapartida para o novo gasto, porém, não foi definida.

Daniel Miraglia, economista-chefe do Grupo Integral, cita o temor do mercado de que a agenda de privatizações e de ajuste fiscal se dissipe.

"Dada a situação fiscal do Brasil, o mercado não vê mais espaço para isso".

A decisão de Fachin pegou o mercado em um pânico negativo, de surpresa. O Ibovespa chegou a cair 4,28%, mas fechou em queda de 3,98%, a 110.612,58 pontos, menor valor desde o dia 1º.

As ações preferenciais (mais negociadas) da Petrobras recuaram 5,26%, a R\$ 21,12 cada uma. As oscilatórias cederam 4,89%, a R\$ 21,20.

Segundo Rodrigo Friedrich, diretor de renda variável da Renova Invest, a decisão de Fachin também traz insegurança jurídica, além de mais instabilidade política e institucional ao Brasil. "É muito ruim para o mercado".

O dólar ficou R\$ 0,10 mais caro. A moeda fechou em alta de 1,67%, a R\$ 5,775, maior valor desde 25 de maio de 2020.

"O receio do mercado é que o período eleitoral seja mais conturbado com uma possível candidatura de Lula, cuja visão pode ser contrária àquela da agenda de reformas atual, o que pode dificultar a trajetória fiscal, reduzir a confiança para investimentos a longo prazo e, por consequência, comprometer o crescimento econômico do país", afirma da Toro Investments.

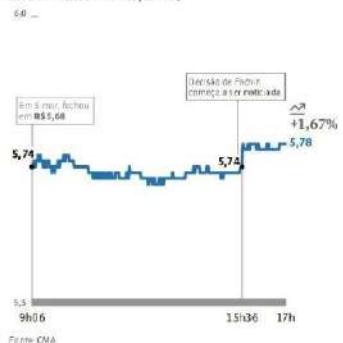
Participantes do mercado também veem que, com a candidatura de Lula, Bolsonaro tem mais chances de se eleger, dada a aversão ao PT que o impulsionou em 2018. "Estamos entre o fogo e o

Bolsa cai e dólar sobe após Lula retomar direitos políticos

Ibovespa minuto a minuto, em pontos



Dólar minuto a minuto, em R\$



“ Estamos entre o fogo e o caldeirão. Dois populistas que prometem um monte de coisa para o povo. Ficamos com pouca ou nenhuma alternativa para o ano que vem. Para o mercado, é o pior cenário possível

André Machado
sócio-fundador da escola de traders Projeto os 10%

caldeirão. Dois populistas que prometem um monte de coisa para o povo. Ficamos com pouca ou nenhuma alternativa para o ano que vem. Para o mercado, é o pior cenário possível", diz André Machado, sócio-fundador da escola de traders Projeto os 10%.

O risco-país medido pelo CDS de cinco anos subiu 4,55% nesta segunda, próximo ao fechamento do mercado, indo a 215,258 pontos, maior nível desde novembro de 2020.

Além da incerteza quanto à agenda liberal do atual governo, o mercado se preocupa com a piora da pandemia no Brasil e a alta nos juros dos títulos do Tesouro americano, o que leva investimentos aos Estados Unidos, em detrimento de países emergentes.

Os juros fixos também subiram na sessão, em reflexo de um aumento no risco fiscal e consequente elevação na Selic. O juro para janeiro de 2025 foi de 6,95% para 7,27%. O juro para janeiro de 2021 foi de 8,22% para 8,45%.

Em Nova York, as ações do setor de tecnologia sofreram uma liquidação nesta segunda, num movimento que empurrou o índice Nasdaq para queda de 2,41% e o S&P 500 para um recuo de 0,54%.

Cenário pode intensificar alta dos juros, dizem analistas

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A possibilidade de um segundo turno entre o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Lula é vista como um fator adicional de incerteza em relação aos cenários econômico brasileiro e que deve ser colocado no preço de ativos, como o dólar, e posterior decisões de investimento.

Com a volta de Lula ao debate eleitoral, a desvalorização dos ativos brasileiros passa a refletir a frustração com o atual governo somada ao risco de retomada política e econômica dos governos petistas. Essa piora poderia inclusive in-

tensificar o ritmo da alta dos juros esperada para este ano.

Desde 2019, o câmbio brasileiro se descolou das divisas de outros emergentes, por em razão da frustração com a ação do governo atual na área fiscal e na agenda de reformas. Esse cenário piorou desde o ano passado, com a falta de ação no combate à pandemia. Enrraza, juntos: se a isso uma postura mais intervencionista na economia por parte do presidente.

A avaliação de economistas ouvidos pela Folha é que há pouco risco de o atual presidente abandonar de vez a agenda liberal, em busca de apoio popular, neste momento. Pelo contrário, a polarização com a esquerda poderia reforçar a necessidade de resgatar os compromissos de campanha na área econômica.

Em relação a Lula, a visão é a que a política econômica do PT continua sendo aquela adotada no segundo mandato do ex-presidente e intensificada no governo Dilma Rousseff, de mais presença do Estado na economia e mais gasto público.

"O cenário de polarização com o PT vai ser de muito estresse, mais do que foi em 2018. Lá, também houve polarização, mas o mercado abraçou o Bolsonaro. Agora a gente viu que o Bolsonaro não é competente, então é escola de Sofia", afirma a economista Zeina Latif.

"É um cenário de piora de preços de ativos, de pressão cambial. Isso contamina a economia. O BC pode precisar subir precocemente os juros, mesmo com a economia de Joelhas. Agências de ratings com intenção de investir no Brasil talvez fiquem em compasso de espera ou desistam".

Na avaliação de Zeina, a decisão de Fachin é positiva para Bolsonaro do ponto de vista eleitoral, pois reforça a polarização com uma candidatura que ela avalia ser mais fácil de ser derrotado pelo atual presidente.

Também devaria Bolsonaro mais distante de uma radicalização rumo ao populismo econômico, a não ser que a reação do mercado se torne negativa que o presidente veja seus planos de reeleição ameaçados por uma intensificação da crise econômica.

O economista José Márcio Camargo, da Genial Investimentos, afirma que a maior preocupação neste momento é a possibilidade de que o atual presidente mude a direção da política econômica.

"Será que Bolsonaro vai mudar de posição? Provavelmente não. A vantagem dele é justamente polarizar com Lula, adotar uma estratégia diferente da que o Lula vai adotar, que é o sentido populista, e o Bolsonaro deve se afastar cada vez mais dessa postura".

José Márcio diz que a trajetória do atual presidente não é a história de uma pessoa liberal, mas que de uma guinada durante a campanha e, atualmente, ante sinais díbfios. Por isso, os investidores ficam sempre em dúvida sobre os rumos da política econômica, que ainda assim pode se manter na trajetória atual até o final do atual mandato.

"Se o governo seguir em uma trajetória liberal até 2022 e ganhar a eleição, acho que vai continuar liberal com Lula, porém, sem nenhuma razão para mudar. A pergunta é como fica daqui até 2022".

Para José Francisco Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, o governo Bolsonaro deve recuperar parte da popularidade perdida ao explorar a ressurreição do Lula como um perigo para o país, pois não há necessidade de que o presidente tenha de tomar medidas populistas em busca de apoio.

Afirma também que, apesar da desconfiança com o atual presidente, os agentes de mercado ainda preferem Bolsonaro a Lula, embora ainda esperem por um candidato de centro que possa mostrar competitivo em 2022.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** SP

Título: Expectativa para a inflação de 2021 se aproxima de 4% com real mais desvalorizado **Impacto:** Neutro

Expectativa para a inflação de 2021 se aproxima de 4% com real mais desvalorizado

SÃO PAULO | REUTERS A expectativa do mercado para a inflação neste ano se aproximou de 4% em meio a um real mais desvalorizado, ao mesmo tempo que a projeção subiu para a taxa básica de juros em 2022 na pesquisa Focus divulgada nesta segunda-feira (8) pelo Banco Central.

O levantamento semanal apontou que a expectativa para a alta do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) neste ano subiu pela nona semana seguida e chegou a 3,98%, de 3,87% na semana

3,97%
é a expectativa para o IPCA em 2021

R\$ 5,15
é a estimativa para o dólar ao fim do ano

anterior. Assim, permanece acima do centro da meta oficial, que é de 3,75%.

Para 2022, a conta para a inflação permanece em 3,50%, exatamente o objetivo. Para ambos os anos a margem de tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Em relação ao câmbio, os especialistas consultados passaram a ver o dólar a R\$ 5,15 ao final de 2021, ante R\$ 5,10 antes. Para o ano que vem a taxa subiu de R\$ 5,03 para R\$ 5,13. O dólar fechou esta segunda (8) cotado a R\$ 5,777.

O cenário para a taxa básica de juros permaneceu em 4% ao fim deste ano, mas, para 2022, a Selic passou a ser estimada em 5,50%, ante 5% no levantamento anterior.

Na semana que vem, o Copom (Comitê de Política Monetária) se reúne para definir os juros. A estimativa é que a Selic, hoje em 2%, seja elevada.

Para o PIB (Produto Interno Bruto), a estimativa de crescimento neste ano caiu 0,03 ponto percentual, para 3,26%, e 0,02 ponto para 2022, a 2,48%.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Preço do diesel supera nível pré-greva dos caminhoneiros **Impacto:** Neutro

Preço do diesel supera nível pré-greva dos caminhoneiros

Petrobras anuncia novo reajuste na refinaria; gasolina acumula alta de 54% no ano

Nicola Pamplona

SÃO PAULO Com o repasse dos mais recentes reajustes promovidos pela Petrobras em suas refinarias, o preço do diesel nos postos brasileiros já superou os patamares atingidos antes da greve dos caminhoneiros que paralisou o país em 2018.

Nesta segunda-feira (8), a estatal anunciou novo aumento, de 5,5%, que deve frustrar as expectativas de queda geradas pela isenção de impostos federais na semana passada. A gasolina também subirá a partir desta terça (9), 8,8%.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o litro de diesel era vendido na semana passada, em média, a R\$ 4,23. É o terceiro maior valor da série histórica da pesquisa de preços da agência, iniciada em 2004.

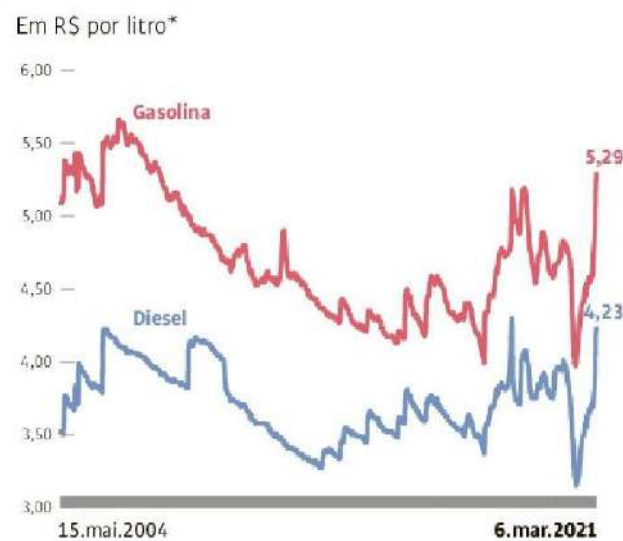
Fica atrás só dos valores das duas últimas semanas de maio de 2018, quando o diesel era vendido, em valores corrigidos pela inflação, a R\$ 4,26 e R\$ 4,30 por litro, respectivamente. Naquele momento, porém, os preços refletiam problemas de abastecimento provocados pela greve.

Na comparação com as semanas que antecederam a paralisação, o preço atual já é maior: na primeira semana de maio de 2018, em valores corrigidos, o litro do diesel era vendido nos postos a R\$ 3,94, em média.

A escalada atual ocorre mesmo com o petróleo em níveis mais baixos do que no período da greve. No primeiro dia de junho daquele ano, a cotação do Brent chegou a tocar os US\$ 80 (R\$ 300 pela cotação da época, em torno de R\$ 3,70).

Agora, o petróleo está perto dos US\$ 70, mas o real está muito mais desvalorizado, em torno dos R\$ 5,80, pressionado pela crise fiscal e pe-

Evolução do preço dos combustíveis nas bombas



*Corrigido pelo IPCA | Fonte: ANP

los erros na condução da política econômica do governo Bolsonaro em meio a um cenário de juros mais baixos.

Com petróleo em recuperação após o pior período da pandemia e dólar depreciado, a Petrobras promoveu cinco reajustes no preço do diesel apenas em 2021, com alta acumulada de 41%. O repasse às bombas já soma 16,7%, segundo a ANP.

Os dados da agência ainda não captam repasses do reajuste desta terça. Por outro lado, também não sofreram impacto da isenção de PIS/Cofins anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro há duas semanas, o que garantiria um desconto de R\$ 0,30 por litro.

A medida foi anunciada como parte de um esforço para acalmar os caminhoneiros, que já tentaram paralisar as estradas neste ano, sem sucesso.

Nos primeiros dias após o início da isenção, os preços chegaram a subir na bomba, com repasses de reajustes an-

teriores e do aumento no preço de referência para a cobrança do ICMS. O reajuste desta terça, de R\$ 0,15 por litro, deve segurar ainda mais os cortes.

O preço da gasolina nas bombas acumula alta de 17,7% no ano. Nas refinarias, após seis reajustes em 2021, o aumento já é de 54%.

Na semana passada, o litro da gasolina era vendido nos postos, em média, por R\$ 5,29, valor ainda bem abaixo dos recordes registrados na série histórica da ANP: em valores corrigidos pela inflação, o combustível chegou a custar mais de R\$ 5,60 em 2006.

A escalada do preço dos combustíveis ocorre em meio ao recrudescimento da pandemia, que deve ter impactos no mercado de trabalho e na renda dos brasileiros, e pressionam as projeções de inflação para o ano.

O cenário abriu uma crise entre Bolsonaro e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que foi demitido

em publicação em rede social no dia 19 de fevereiro, medida que derrubou as ações da companhia por medo de intervenção do governo na política de preços da empresa.

O anúncio da substituição de Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna, que comanda Itaipu Binacional, levou a uma debandada inédita no conselho de administração da estatal.

Nos comunicados em que informa os reajustes, a Petrobras tem defendido a política de preços, dizendo que o alinhamento às cotações internacionais "é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido, sem riscos de desabastecimento, pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às regiões brasileiras".

+ Brent fecha em queda após bater US\$ 70 com ataque a sauditas

Os preços do petróleo terminaram esta segunda-feira (8) em queda, devolvendo ganhos iniciais que, na esteira de um ataque a instalações petrolíferas na Arábia Saudita, levaram o Brent a superar os US\$ 70 por barril pela primeira vez desde o início da pandemia. As forças iemenitas Houthi atacaram com drones e mísseis o coração da indústria petrolífera saudita no domingo (7), incluindo uma instalação da Saudi Aramco em Ras Tanura, vital para as exportações da commodity. O Brent atingiu uma máxima de US\$ 71,38, maior nível desde 8 de janeiro de 2020, mas fechou em queda de 1,6%, a US\$ 68,24. Já o WTI cedeu 1,6%, para US\$ 65,05, após tocar US\$ 67,98, maior nível desde outubro de 2018.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Bolsonaro defende fatiar PEC para blindar policiais de ajuste **Impacto:** Neutro

Continuu de 1

Bolsonaro defende fatiar PEC para blindar policiais de ajuste

Bolsonaro admite fatiar proposta para preservar policiais do ajuste fiscal

JULIA LINDNER, GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA economia.globo.com.br/BRASILIA

Pressionado pela chamada bancada da bala, o presidente Jair Bolsonaro admitiu ontem a possibilidade de fatiar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que destrava o pagamento do auxílio emergencial para preservar po-

liciais e outros profissionais de segurança de medidas de ajuste fiscal previstas no projeto, como o congelamento de salários. Segundo Bolsonaro, a concessão é necessária para que a matéria não seja rejeitada na Câmara dos Deputados. A estratégia traçada com o relator do texto, deputado Daniel Freitas (PSL-SC), permitiria retirar pontos sensíveis sem forçar uma nova análise do Senado, onde a proposta foi aprovada semana passada, o que atrasaria a liberação do benefício. Para analis-

tas, as negociações correm o risco de abrir brechas para outras rodadas de flexibilização.

— A PEC ideal é aquela que vai ser aprovada pela Câmara. E tinha problemas ali na Câmara. Eu sou presidente, não devo interferir. Mas conversei com o relator, com o (presidente da Câmara) Arthur Lira (PP-AL)... Abancada da segurança, que tem mais ou menos 50 parlamentares, queria mudanças. Da minha parte, falei com o relator que

ele poderia correr o risco de não conseguir aprovar se não mexesse em três artigos — afirmou Bolsonaro, em entrevista na entrada do Palácio da Alvorada.

Como O GLOBO revelou ontem, deputados bolso na rist astra balharam a olongo de todo o fim de semana para relaxar refeitos fiscais da proposta e poupar policiais das mudanças. O texto, no entanto, não cita nenhuma categoria. Assim, alterara redação para especificar que as medidas de ajuste não afetarão as forças de segurança fária com que o texto voltasse ao Senado.

Para evitar esse atraso, o caminho articulado é tirar da proposta todas as citações a proibição de aumento de salários em momentos de crise. Na prática, isso reduziria o potencial de controle de gastos previstos na PEC. Além disso, deputados defendem excluir a

determinação para reduzir o total dos benefícios fiscais, que deveriam ser cortados de cerca de 4% do PIB hoje para 2% em oito anos.

Também está em estudo retirar a revogação da Lei Kandir, que compensa perdas para estados exportadores. A equipe econômica defende a aprovação do texto conforme aprovada pelo Senado.

RISCO ÀS REFORMAS

Ao comentar o plano, Bolsonaro citou que seriam suprimidos três artigos da proposta, sem citar quais. Segundo ele, seria criada uma PEC paralela — ou seja, uma nova proposta com trechos excluídos do texto principal.

— Vale lembrar que essas emendas supressivas não voltam ao Senado. Essas três ficam de fora, e pode ser criada

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Bolsonaro defende fatiar PEC para blindar policiais de ajuste

uma PEC paralela e tramitar normalmente como outra PEC qualquer — explicou.

Nos bastidores, técnicos legislativos afirmam que essa proposta poderia conter as mudanças defendidas pela bancada da bala e poderia ser votada após a promulgação da proposta principal.

O novo aceno de Bolsonaro a uma categoria de apoiadores indica que o governo fica mais suscetível a pressões que podem inviabilizar as reformas econômicas mais à frente, segundo analistas.

— O grande problema dessas concessões, além de elas atrasarem a tramitação de outros pontos importantes, é que também fazem com que o governo fique cada vez mais vulnerável. Começa a ficar mais difícil fazer políticas

que tenham efetividade dentro do governo, porque a gente sabe que, na primeira pressão, Bolsonaro cede e faz o que os grupos de interesse querem — afirma a professora de economia do Insper Juliana Inhasz.

Para a economista-chefe de Reag Investimentos, Simone Pasianotto, a medida deve ter efeitos no mercado financeiro:

— Se agente já vê a Bolsa tropeçando aí pelos mais diversos fatores, esse tipo de atitude não ajuda, deixa o mercado mais volátil e mostra que a agenda liberal do Bolsonaro está muito comprometida com atitudes bastantes populistas.

A votação da proposta na Câmara está prevista para amanhã. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou a aliados no domingo que pode até

aceitar um acordo pela alteração, desde que não haja uma desfiguração completa da proposta original.

Apesar das declarações de Bolsonaro, o líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que vai trabalhar para manter o texto da PEC aprovado pelo Senado. Ele admitiu que várias corporações estão fazendo pressão junto aos deputados para ficarem de fora das amarras fiscais da proposta, como policiais, próximos a Bolsonaro, e auditores da Receita Federal, mas considerou esses movimentos legítimos.

— Não podemos impedir que eles façam isso, mas eu vou trabalhar para manter o texto do Senado — comentou Barros, ao ser indagado sobre as declarações do presidente.

Barros disse ainda que o assunto será discutido na reunião de líderes, marcada para hoje de manhã. O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), também afirmou a estratégia é manter o texto do Senado:

— Essa é a nossa luta. Por isso, vamos levar a proposta direto para o plenário da Câmara.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PLAM), lembrou que Bolsonaro está repetindo o que fez na reta final da reforma da Previdência, quando quis deixar de fora das mudanças os profissionais da área de segurança.

— Isso é agir contra a responsabilidade fiscal. Criar exceções é perigoso, porque pode abrir apertei rapara outras corporações. Se mudar na Câmara, vai mudar no Senado. Temos que ter juízo e aprovar o texto aprovado pelo Sena-

do — disse o parlamentar, que presidiu a comissão especial da reforma da Previdência.

Caso haja mudanças na Câmara e retorno do texto ao Senado, o cronograma de pagamento do auxílio emergencial deve mudar. Hoje, o plano é iniciar os repasses para beneficiários do Bolsa Família no dia 18 de março e pagar aos demais trabalhadores na última semana do mês. Com o eventual atraso, essa ordem seria invertida: o pagamento começaria no fim do mês para quem não faz parte do programa social, e os inscritos no Bolsa Família receberiam o auxílio a partir da segunda quinzena de abril.

“Eu sou presidente, não devo interferir. Mas conversei com o relator, com o (presidente da

Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
08/03/21	SESC RN	Site		RN	No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal	Positivo	Matéria		A			
08/03/21	Blog do FM	Blog		RN	No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando monografias gratuitas em Natal	Positivo	Matéria		B			
08/03/21	Turismo Por Cristina Lira	Blog	Natal	RN	No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando monografias gratuitas em Natal	Positivo	Matéria		B			
08/03/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando monografias gratuitas em Natal	Positivo	Matéria		B			
08/03/21	NoMinuto.com	Site	Natal	RN	Decreto da Prefeitura do Natal permite funcionamento de bares e restaurantes até 21h	Positivo	Matéria		A			
08/03/21	Macaíba no Ar	Site		RN	Fecomércio diz que é dever dos municípios definir horário de comércio e serviços	Positivo	Matéria		B			

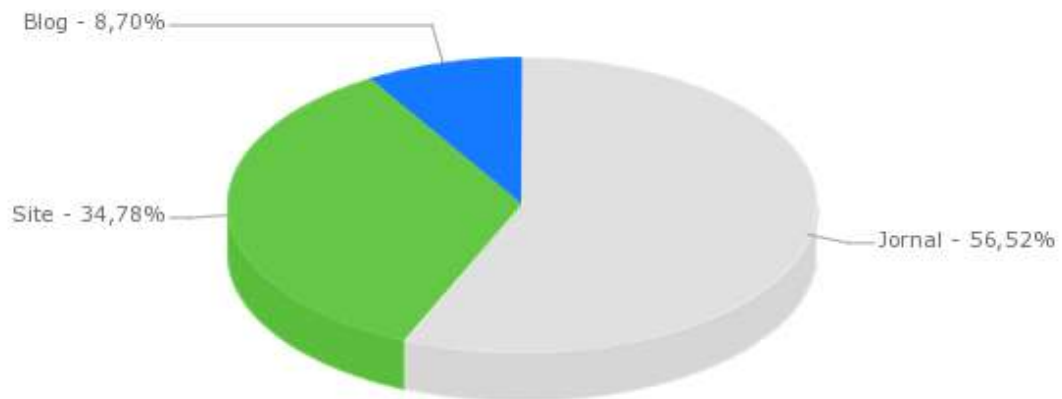
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
08/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	RN teve maior índice de isolamento social do Brasil no domingo, aponta levantamento	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Flávio Rocha acredita que março será último mês com restrições à circulação de pessoas no país	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Prefeitura do Natal adere ao consórcio de municípios para compra de vacinas	Neutro	Matéria		A			
08/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	59% dos idosos já deixaram de comprar medicamentos por falta de dinheiro	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Estadão	Jornal		DF	Municípios também dão aumento ilegal para funcionalismo	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Estadão	Jornal		DF	Campanha 'Fica, Brandão' cresce no BB e no governo	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Estadão	Jornal		DF	Bolsonaro defende	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					desidratação da PEC							
09/03/21	Estadão	Jornal		DF	Supremo antecipa julgamento sobre prazo de patentes	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Estadão	Jornal		RJ	'Auxílio necessita de contrapartidas'	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Estadão	Jornal		RJ	Governo indica seis novos nomes para representá-lo no conselho da Petrobrás	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo prepara extensão de linha de crédito e novo programa	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Brecha na PEC pode deixar incentivos tributários intocados	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Agricultura brasileira dribla todas as expectativas de produção e exportação	Neutro	Artigo		A			
09/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Bolsa cai 4% e dólar vai a R\$ 5,78 sob temor de populismo com Lula no páreo	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editori al
09/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Expectativa para a inflação de 2021 se aproxima de 4% com real mais desvalorizado	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Preço do diesel supera nível pré-greve dos caminhoneiros	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Bolsonaro defende fatiar PEC para blindar policiais de ajuste	Neutro	Matéria		A			

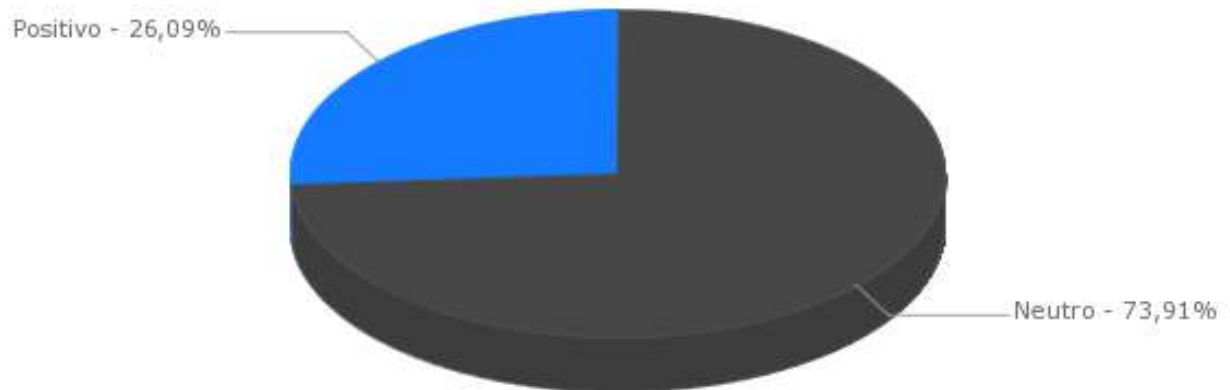
Qtde.: 23

Clippings por Tipo de Mídia



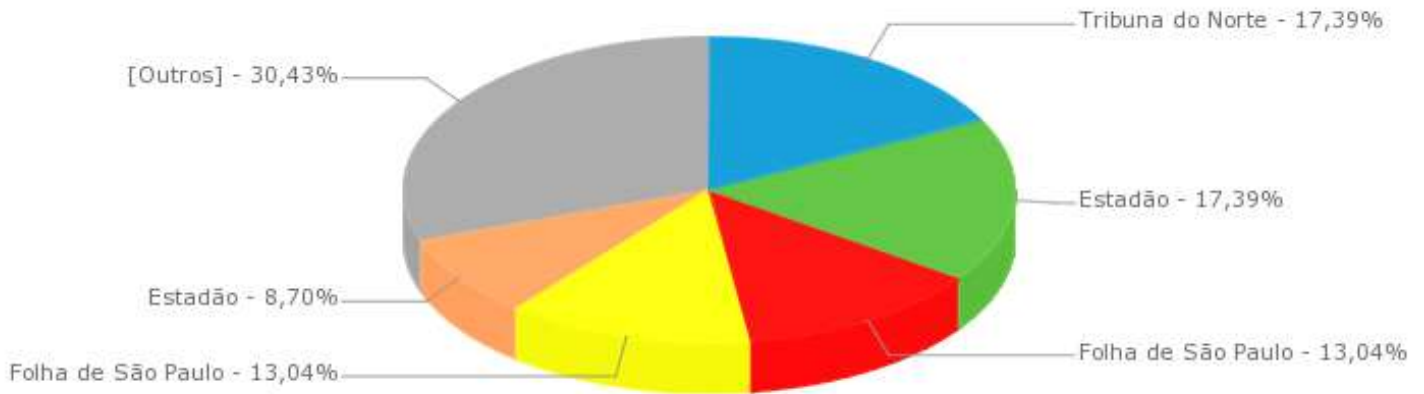
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	13	56,52 %
Site	8	34,78 %
Blog	2	8,70 %
Total:		23

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	17	73,91 %
Positivo	6	26,09 %
		Total: 23

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Tribuna do Norte	Site	4	17,39 %
Estadão	Jornal	4	17,39 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	13,04 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	13,04 %
Estadão	Jornal	2	8,70 %
NoMinuto.com	Site	1	4,35 %
O Globo	Jornal	1	4,35 %
Turismo Por Cristina Lira	Blog	1	4,35 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	4,35 %
Blog do FM	Blog	1	4,35 %
SESC RN	Site	1	4,35 %
Macaíba no Ar	Site	1	4,35 %
Total:			23